

8/4

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO-----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezoito, reuniu na Academia Militar, sita na Rua Gomes Freire, Auditório D. Maria I, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pela Primeira Secretária em exercício, Carla Cristina Barreto Madeira Silva, e pela Segunda Secretária, Maria Manuela Vieira Calado Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público: -----

----- Ponto 2 – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 03 e nº 04, das sessões anteriores; -----

----- Ponto 4 – Eleição de novo vogal para a Junta de Freguesia; -----

----- Ponto 5 – Tomada de posse dos novos membros para a Assembleia de Freguesia; --

----- Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 7 – Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2017; -----

----- Ponto 8 – Apreciação e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2018; -----

----- Ponto 9 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2017; -----

----- Ponto 10 – Análise, discussão, votação da 1ª Revisão Orçamental de 2018 e apreciação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2018; -----

----- Ponto 11 – Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2017; -----

----- Ponto 12 – Análise e discussão dos procedimentos em curso referentes ao orçamento participativo da Freguesia de Arroios; -----

----- Ponto 13 – Análise e discussão sobre os regulamentos em vigor na Freguesia de Arroios; -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Maria José de Matos, Jorge Manuel André Rodrigues, Joana D’ Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Joaquim Maria Prada, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire e Pedro Manuel Dias Louro. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Torres Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Frederico Sapage Lemos Mira Pereira e Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Ana Júlia Ganço Filipe e Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. ---

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- José Eduardo Vera Matos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Pedro Louro. -----

91 A
N

----- Vitor Manuel da Cruz Carvalho, que justificou a sua ausência, tendo sido substituído por Carla Cristina Barreto Madeira Silva. -----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público;**-----

----- **Freguês Luis Castro** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estou aqui em representação dos “Vizinhos de Arroios”. -----

----- A primeira questão que eu gostaria de colocar é dirigida à Senhora Presidente da Junta de Freguesia:-----

----- Foi enviado no passado mês de março um e-mail à Senhora Presidente a solicitar uma reunião, devido a uma iniciativa que os vizinhos de Arroios tiveram, nomeadamente com a recolha de assinaturas para uma petição que tinha como objetivo a oposição ao encerramento da esquadra de policia em Arroios, da única esquadra que existe na Freguesia. -----

----- Nós tivemos oportunidade de enviar a petição para a Assembleia da República, que foi recebida e desceu à Primeira Comissão de Assuntos Constitucionais e aguarda despacho, mas como isto é um assunto da Freguesia e tem a ver com segurança entendemos que independentemente de não ser formalmente uma competência da Freguesia, de qualquer forma, do ponto de vista material e moral, acho que era importante termos do lado dos cidadãos e dos fregueses o apoio da nossa Presidente. --

----- É por isso que lhe pedimos uma audiência, à qual ainda não respondeu. Espero que possa responder oportunamente para marcar uma audiência com os vizinhos de Arroios. -----

----- A segunda pergunta que eu gostaria de colocar também é que os vizinhos de Arroios estão a fazer um levantamento de todos os imóveis devolutos e abandonados na Freguesia. Gostaríamos de confrontar os nossos dados entretanto recolhidos com eventuais dados que existam da própria Junta de Freguesia e gostaríamos de saber se têm alguns dados sobre esta matéria. -----

----- A terceira pergunta tem a ver com a queixa que tem sido recorrente sobre o lixo na Freguesia. Talvez seja oportuno pensar a forma de tratar o lixo que aparece nas ruas da Freguesia. A maior parte de nós talvez desconheça que a Freguesia de Arroios é a número um em relação às 24 Freguesias de Lisboa na densidade populacional. Numa Freguesia que tem cerca de dois quilómetros quadrados de área nós temos cerca de 15 mil pessoas por quilómetro quadrado. -----

----- Estes são os dados dos números oficiais. Na realidade nós entendemos que a população atual de Arroios é muito superior a 60 mil pessoas neste momento, entre aqueles que nos visitam e que cá estão de forma mais ou menos prolongada e aqueles que aqui habitam e trabalham. -----

----- Em relação ao lixo, gostaria de chamar a atenção para o facto de alguns dos ecopontos e ilhas que estão a ser colocados nas ruas da Freguesia estarem a ser colocados de forma incorreta. A abertura dos ecopontos ou ilhas está a ser feita para o lado da estrada, quando as pessoas vão deitar o lixo abrem o ecoponto do lado da estrada, o que parece uma tonteria enorme quem está a colocar os ecopontos não ter assistido a isso. A abertura do recetáculo para colocar o lixo deve estar do lado dos passeios, para as pessoas estarem protegidas. Parece-me bom senso, mas isto acontece em ilhas que foram colocadas recentemente, nomeadamente ali na zona do Bairro das Colónias. -----

----- Temos verificado que o número de sem-abrigo está a aumentar progressivamente na Freguesia. Eles são mais visíveis e em maior número. Temos uma associação que está a tentar arranjar um espaço para ajudar esta população mais carenciada, que

DA
N

entrou em contacto com os "Vizinhos de Arroios" e pediu o nosso apoio para ajudarmos a divulgar a sua mensagem. Essa associação é a Refood e gostava de saber também, em nome dos "Vizinhos de Arroios", se a Junta de Freguesia tem alguma perspetiva para ajudar esta associação a ajudar os sem-abrigo de Arroios.-----

----- Temos aqui uma chamada de atenção também que nos chegou de uma empresária local para o facto de ao colocar uma floreira na rua para embelezar o espaço da loja, ela paga mais pela floreira que coloca do que uma mesa de uma esplanada. Ora, sabendo que uma mesa de uma esplanada de um café ou um restaurante é um instrumento que produz receita e uma floreira não, parece que a disparidade de taxas que são cobradas entre uma e outra devia ser ponderada e eventualmente a Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal de Lisboa chamar à atenção para estas injustiças que ocorrem. -----

----- Gostaria de fazer uma pergunta também em relação à Academia Sénior da Junta de Freguesia de Arroios. Gostaria de saber as receitas que são pagas pelos fregueses e pelos alunos, são contabilizadas como? E as despesas que eventualmente existam são contabilizadas como? A Academia Sénior faz parte do Programa de Envelhecimento Ativo? Quais são as dotações orçamentais que esta academia tem? -----

----- Por fim, chamar à atenção que temos muitos pedidos e pessoas a denunciarem o abatimento do passeio em alguns locais. Essas denúncias têm sido reportadas na aplicação da "Minha rua", aparecem dadas como resolvidas, mas na realidade não estão. É para chamar a atenção do que é que se está a passar em relação a isto e se a Junta pode fazer alguma coisa. -----

----- Muito obrigado. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que a democracia participativa era assim mesmo, achava muito bem que as pessoas fossem expor os seus problemas, era o sítio para colocarem as suas questões. No entanto, lembrava a existência de outros instrumentos para expressarem os seus problemas que por vezes até talvez fossem mais eficazes e que eram as reuniões públicas da Junta que aconteciam todos os meses. -----

----- Freguês José António Marim fez a seguinte intervenção: -----

----- "Habitó no número 17 da Rua Cidade de Cardiff, foi a casa dos meus pais e dos meus avós e intervenho aqui hoje para sensibilizar o Executivo da Junta e os autarcas presentes a sensibilizarem os outros órgãos autárquicos e autoridades competentes julgadas convenientes. -----

----- Peço a Vossas Excelências que compreendam a minha situação desesperada em que me encontro e que foi unanimemente aceite na Quinta Comissão Permanente, onde eu tenho uma petição em curso e que vai ser discutida, não sei quando, porque aquilo está-se a arrastar desde fevereiro, vai para maio e ainda não sei como vai ser. É uma petição que está na comissão permanente responsável pela habitação, bairros municipais e desenvolvimento local da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- O Senhor Presidente da comissão, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho, disse-me que naquela sala onde reunimos todos os autarcas ali presentes, independentemente das camisolas partidárias, que já tinham entendido que eu tenho razão, que estou a ser alvo de "bullying" imobiliário de proprietários displicentes. Ele usou mesmo a expressão "tortura". Contudo, conforme assinalou na altura e eu reforço, não basta ter razão, é preciso dar-lhe força. -----

----- A negligência dos senhorios com quem lidámos ali ao longo desde que nasci, sempre ali choveu, sempre ali fez frio, não é um problema que tenha surgido somente com o NRAU, é preciso acentuar isso. A negligência dos senhorios tem um longo historial marcado pela ausência, as únicas obras que ali existiram foram em 1969 e só entre 2010 e 2013, antes do falecimento da minha mãe, houve relatórios dos bombeiros,

91 A
b

Proteção Civil e Polícia Municipal, onde eram assinalados problemas como fendas graves, reboco em perigo de queda e teto em ruínas, entre outros problemas. -----

----- Como parte desse mau estado do imóvel, as caixas do correio foram danificadas, levando ao desaparecimento de correspondências, o que no meu caso implicou o corte de subsídio que recebia da Santa Casa para pagamento de rendas desde março de 2015 e uma suspensão do IRS nessa altura, fazendo-me cair numa situação de incumprimento forçado e enormes prejuízos tanto a nível psicológico como físico. -----

----- Tudo isto não teria acontecido se a Câmara Municipal tivesse cumprido com os seus deveres, obrigando os senhorios negligentes a cumprir com a sua obrigação. Foram decretadas obras coercivas e elas não foram feitas. -----

----- Eu deixei de pagar rendas, foi precisamente durante a altura em que estava no prazo de terem sido feitas as obras coercivas. Pela sua inação, os inquilinos que lá estavam na altura foram prejudicados. -----

----- O edifício, entretanto foi vendido pela senhoria original via Remax a uma construtora e continua a caminho da degradação total. Na altura a estratégia foi abrir as portas e janelas para entrar lá dentro chuva, a porta da rua estava sempre aberta. Mais uma vez em novembro desapareceu-me correio, fiquei com o IRS em suspenso. ---

----- Em maio de 2017 veio um processo de despejo em tribunal e só por aí é que eu soube que o prédio tinha sido vendido. -----

----- Repor a justiça neste caso significa a Câmara tomar posse administrativa do edifício para impor obras a proprietários negligentes. É como está consignado nos programas dos partidos e conforme a Presidente Helena Roseta andou a falar na campanha eleitoral. -----

----- Os senhorios e proprietários podem ignorar a Lei durante décadas sem nada sofrer, mas o inquilino que incumpra uma vez só depois de décadas a pagar rendas é visto como um criminoso. Enquanto isso, o parque imobiliário fica à mercê da total desregulação a belo prazer dos senhorios negligentes, como uma floresta pronta a arder. -----

----- Entretanto, ultimamente o edifício mudou de dono, fui eu que descobri, a Câmara nada fiscaliza. O prédio neste momento está a três velocidades. Eu moro no último andar, está desprezado. No mês passado houve uns inquilinos que saíram do primeiro andar, foram buscar lá as coisas... -----

----- Invocaram na ação de despejo que eu não morava lá porque foi lá o agente de execução e eu não estava das três vezes. Os proprietários e a Remax deixaram entrar lá gente e depois disseram à Polícia Municipal que eles tinham invadido, mas é mentira, porque foram eles que os deixaram lá ficar. Isto é a chave que me entregaram do prédio. A Polícia Municipal quando viu esta chavinha desatou-se a rir. Entram lá no prédio quando querem e lhes apetece. -----

----- Eu ontem estive a filmar, não sabia se havia aqui hipótese, mas agora quando for à Câmara na quinta-feira vou exhibir lá o vídeo com as imagens que fizemos e vou pôr online. -----

----- Eu descobri que em 9 de março o edifício mudou de dono e o novo dono usou um novo estratagema. Enquanto a construtora deixava tudo aberto para estragar, eles arrombaram a porta e apareceu lá um operário que disse que ia lá porque o rés-do-chão e o primeiro foram vendidos a uma senhora que já tinha escritura no banco e tudo e que iam fazer umas obrazinhas ali para ficar bom. Eu disse que chovia ali dentro, mas ele disse que com umas obrazinhas ficava bom. -----

----- A construtora vendeu o prédio via Remax à "Desejo Alcançado Lda.". Eu não consigo saber se foi em regime horizontal ou vertical, mas imagino que terá sido

18/01

horizontal porque continuo a ver lá de vez em quando uma moça da Remax. Há ali mais qualquer coisa. -----

----- Eu tenho relatado tudo à Senhora Presidente, pessoalmente e por mail. O "bullying" e a destruição do edifício continua, embora a estratégia tenha mudado. Agora, em vez de deixarem as janelas e as portas abertas, andam a fazer uma obras duvidosas de intenções. Qualquer pessoa vê que aquilo não respeita nada de construção antissísmica, porque atrás é betão de 1969, quando foram as únicas obras. O que está à vista é que vão ali implementar uma pensão, tipo hostel ou algo assim. ----

----- Considero que a Câmara é responsável por não ter obrigado o senhorio às obras necessárias no prédio e de não ter avançado coercivamente com as mesmas. Tem de dar uma solução imediata e de emergência nas condições que satisfaçam as minhas necessidades sem que tenha que me submeter a um concurso público, pois a Câmara tem toda a dose de responsabilidade pela situação. -----

----- Eu já falei com advogados, não tenho dinheiro para me mexer, recebi uma carta do Governo que me dá razão. A Câmara deve, pois, exercer o direito de preferência, tanto mais que o edifício acabou de ser revendido no passado dia 9 de março. Esta é, aliás, uma medida que está na ordem do dia, conforme sabem aqui. A CML está a apontar essa solução para o caso dos moradores da Fidelidade. -----

----- Eu recebi uma carta do Governo em que fala que compete à Polícia Municipal e ao Presidente da Câmara evitar que haja "bullying" em Lisboa. -----

----- Eu peço à Senhora Presidente e aos autarcas aqui presentes que sensibilizem a Câmara em conformidade. -----

----- Muito obrigado. "-----

----- **Freguesa Ana Rita Fernandes** fez a seguinte intervenção: -----

----- "A minha pergunta vai para a Assembleia e para a Presidente da Junta relativamente à oferta do pré-escolar, jardim de infância público na nossa Freguesia. Nós só temos uma oferta, que é aqui o jardim da Pena, que dá prioridade às crianças de cinco anos e eu pergunto, uma vez que a oferta pública é a partir dos três anos, se não está previsto a abertura de mais nenhum pré-escolar. -----

----- Obrigada. "-----

----- **Freguês José da Silva** fez a seguinte intervenção: -----

----- "Eu vou tentar ser o mais breve possível. Queria fazer uma comunicação um pouco mais longa, mas compreendo a situação e vou tentar ser muito breve. -----

----- Gostaria de chamar à atenção que junto às eleições houve um conjunto de obras e uma delas foi tentar fazer pisos antiderrapantes em várias zonas da Freguesia. Essas obras acabaram de um momento para o outro e eu acho que estas coisas devem continuar, dado que é a segurança de todos nós. -----

----- Julgo que ali a Calçada de Arroios justifica como primeira prioridade, dado que é um piso muito inclinado, tem muitos buracos devido aos carros estacionarem em cima, tem zonas muito apertadas e, portanto, recomendo vivamente que essa obra seja feita. -

----- Outro exemplo de obras que foram feitas junto às eleições e que não foram bem-feitas é um problema que eu já abordei aqui várias vezes, é o caso do circuito da Pena. Enquanto aquele circuito da Pena não for sinalizado o vandalismo vai continuar, não tenhamos ilusões. O pior não é isto, é preciso alguém que vigie e para vigiar é preciso uma coisa muito simples, é preciso que não se deixe vandalizar. -----

----- Eu dou um exemplo: um dos aparelhos que está mesmo junto ao Instituto Alemão tem a particularidade de dois pedais inferiores e dois pedais superiores. Os pedais superiores já há muito tempo saíram, ninguém faz vigilância e obviamente que já desapareceram. Mais recentemente, o ângulo que faz o eixo inferior já não é 180 graus. O que é que vai acontecer a seguir? Aquilo vai-se partir e quanto mais se partir pior. --

----- Outra coisa que eu alertei na última vez acerca do circuito da Pena foi uma coisa muito simples. Eu disse assim: espero que a obra do espaço canil, que foi uma ideia que eu acho brilhante, não estou nada em desacordo, mas não vão tirar o número. Estava lá um exercício que era preciso fazer e obviamente, como as obras foram feitas atabalhoadamente, retiraram e depois não repuseram. O que é que acontece? Devem pensar que nós aqui na Freguesia não sabemos contar. Antes eu chamei à atenção que aquilo estava 1, 3, 4 e agora é 1, 2, 4. Portanto, eu acho que é tempo de nós aprendermos a contar aqui na Freguesia e se não sinalizarem não vale a pena, é o caminho aberto para o vandalismo.-----

----- Falando agora de outros assuntos, há um conjunto de coisas que na Freguesia estão a crescer e nesse aspeto são bastante significativas. Uma delas, que já tinha sugerido, era aproveitar-se um espaço único que tinham, o conjunto de cerejeiras na Rua José Estevão. Em vez das pessoas irem fazer viagens ao Fundão ou irem ver a outro sítio qualquer a Espanha podia-se aproveitar e fazer ali eventos.-----

----- Antigamente era no Intendente, agora passaram para o Campo Santana e eu pergunto: que estratégia é que nós temos? -----

----- Outra coisa, por aquilo que percebi da última reunião em que pude estar presente, parece que o centro de saúde vai ser feito naquele sítio onde está aquele painel pintado. Eu sugiro que não se destrua aquela parede e antes faça-se a recolha daquelas imagens que podem servir para decorar o centro de saúde e aí podemos fazer uma coisa muito simpática, estamos a preservar memórias e ao mesmo tempo estamos a dar um ambiente no centro de saúde de mais conforto e mais humanismo às pessoas. -----

----- Há uma explosão de cultura na nossa Freguesia, uma coisa notável. Surgem livrarias, surgem neste momento galerias de exposição. O número de filmes que são passados durante o mês, gratuitos, a que toda a gente possa ter acesso, são mais de uma dezena em diferentes espaços. -----

----- Nós temos aqui um grupo de teatro financiado pelo Governo Português, a Escola de Mulheres, eu pergunto quantas pessoas aqui da Freguesia sabem que têm um desconto se forem lá. Isto é uma coisa que deve ser divulgada e o boletim deve servir para isso, divulgar a nossa cultura e chamar a atenção para aquilo que nós temos de muito bom. -----

----- Eu tenho aprendido imenso nalguns debates que tenho ido assistir aqui na Freguesia, onde se discute mobilidade, coisas muito importantes para nós, o problema da habitação, o problema da mulher na sociedade atual. Isso está aqui na nossa Freguesia a ser discutido e várias vezes por semana.-----

----- Acho que temos que nos abrir todos para a Freguesia, porque o grande polo de desenvolvimento que a Freguesia pode ter não é só o turismo, não é só eventos, não é só imobiliário. É a cultura que pode criar cidadãos críticos e os cidadãos críticos podem estar aqui para participar.-----

----- Boa noite. "-----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que não se lembrava de ter recebido um pedido de reunião, mas a Junta estava contra o encerramento da esquadra e já tiveram reuniões com a Polícia e com a Câmara sobre a situação. Um dos locais que tinham proposto era que fosse junto ao Jardim Constantino. Era uma situação que estava pendente com o COMETLIS e com a Câmara Municipal.-----

----- Sobre o lixo na Freguesia, a Junta tinha atualmente uma recolha diária visível, até porque as carrinhas eram visíveis, duas carrinhas a fazer recolhas de lixos indevidos. A recolha de lixo era uma competência da CML. Tinham também ao domingo e funcionavam entre as sete e as catorze horas.-----

----- Havia cada vez mais população e sensibilizava-se a Câmara e as pessoas para essas situações. Estavam a fazer a esse trabalho, apesar de não ser competência da Junta. -----

----- Realmente tinham um número crescente de sem-abrigo. Era da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia e da CML, apesar da Junta ter o projeto “Nova Vida” a trabalhar nessas áreas. -----

----- Não era verdade que não tivessem recebido a Refood. Já tinham recebido a Refood três vezes. A Junta não tinha espaços físicos, mas já indicara espaços e a Refood até já respondera aos “Vizinhos de Arroios”. Portanto, havia alguma coisa aí que não estava bem enquadrada. -----

----- Sobre a floreira, uma das coisas que tinha ido à Assembleia e fora aprovado era não cobrar o licenciamento de floreiras, apesar de estar no organigrama da Câmara. Talvez a senhora não estivesse bem dentro do assunto, porque talvez fosse a única Junta de Freguesia que não cobrava as floreiras. -----

----- Sobre a Academia Sénior, uns dias antes tiveram uma reunião com a Senhora Maria João e o Professor Luis, a quem entregaram todas as contas e a despesa era maior do que a receita, sendo que muitos dos professores eram voluntários. -----

----- Em relação ao pré-escolar, pediria à Ana Vieira para falar, apesar de nesse próprio dia terem sensibilizado a Câmara e o Senhor Presidente para a necessidade de mais berçários, de mais creches e de mais apoio ao pré-escolar na Freguesia. -----

----- Sobre o circuito da Pena, teria que perguntar à equipa do desporto o que se passava. Tinha pedido para reverem as situações da sinalização e iria colocar outra vez a questão. -----

----- Disse que tinham a recolha das imagens do centro de saúde, mas as pessoas sabiam ser um trabalho temporário. Eram grafitis e felizmente tinham durado bastante. -----

----- Foram divulgados todos os projetos do Clube Estefânia, tinham ações com eles e a Escola de Mulheres também. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, sobre a questão dos imóveis devolutos, disse que a Freguesia tinha feito esse trabalho em conjunto com a CML, sendo que a própria Câmara estava a fazer um esforço significativo no sentido de consolidar toda essa informação e aprofundar o programa da renda acessível, aproveitar em edifícios completos, isso estava a ser feito. -----

----- A Junta estava muito disponível para todos, nomeadamente os “Vizinhos de Arroios”, no sentido dessa identificação. A questão da habitação era muito crítica na Freguesia. -----

----- Quanto ao lixo, tinham toda a razão ao dizer que havia um grande afluxo de pessoas à Freguesia, tanto por via dos hotéis como das pessoas que lá trabalhavam. Isso era uma questão crítica. Na reunião com o Senhor Presidente da Câmara voltara-se a colocar a necessidade de um investimento nessa área, não só em equipamento, mas eventualmente também em meios humanos. A Junta de Freguesia não tinha meios para fazer mais, mas estava muito disponível para fazer mais. -----

----- A Junta estava disponível para, por exemplo, nos chamados monos, que fazia sem qualquer contrapartida financeira da Câmara. Estava disponível para assumir as competências, assim que tivessem os meios. -----

----- Relativamente aos ecopontos e às ilhas, a informação da CML era de que os ecopontos tinham duas aberturas, uma de maior dimensão virada para o passeio e uma mais pequena para colocar lixo de menor dimensão virada para o lado da estrada, sendo que havia uma distância ainda considerável para a faixa de rodagem. De qualquer forma, podiam averiguar caso a caso o que podia ser feito para proteger as pessoas. -----

----- A deposição não ordenada do lixo orgânico, mas fundamentalmente do restante lixo diferenciado de forma desorganizada era muito penalizador para a operação de

RA
B

recolha de lixo. Estavam muito interessados que as pessoas usassem e para isso tinha que haver segurança. -----

----- Disse que todos os fluxos financeiros na Junta eram levados às demonstrações financeiras, havia registos de todas elas. Havia despesas da Academia Sénior que podiam estar relacionadas com recursos humanos, outras com recursos materiais, a prestadores de serviços. Eram registadas em diferentes rubricas. -----

----- As receitas eram igualmente registadas, não havia nenhum valor na Junta que não fosse registado, quer em termos de receitas, quer em termos de despesas. -----

----- Quanto aos abatimentos nos passeios, a Junta tinha competência na reposição em buracos nos passeios, quando a situação era de um abatimento a responsabilidade era da Câmara. Sem prejuízo disso, sempre que a Junta tinha possibilidade intervira ou avisava de imediato a Câmara. -----

----- Sobre os registos “Na Minha Rua” que eram dados como resolvidos e não estavam resolvidos, não tinha essa informação, mas numa próxima oportunidade podiam registar isso e voltar ao local para resolver. -----

----- Disse que a Junta estava disponível para fazer uma visita à habitação do freguês José António Marim, fazer um relatório da situação e alertar as autoridades competentes, que nesse caso também era a Câmara Municipal. Ficava esse compromisso. -----

----- A questão da habitação em Lisboa era difícil e resultava de uma “tempestade perfeita”. Por um lado, conjugava uma Lei das Rendias com deficiências, para ser simpático, por outro lado uma situação que estava relacionada com processos de privatização de companhias importantes, com ativos cuja boa ou má gestão tinha impacto social relevante. -----

----- Não lhe cabia responder pela Câmara, mas não lhe parecia ser possível a Câmara exercer o direito de opção para todos os imóveis da Fidelidade, que segundo a informação que tinha eram cerca de 1500 na Cidade de Lisboa. Não havia condição financeira nem jurídica para o fazer. -----

----- Um terceiro factor era a pressão do turismo. Os três fatores em conjugação criavam um problema para ser resolvido pelos poderes públicos de duas formas. Por um lado, aumentando tanto quanto possível o stock de casas para renda acessível e era o que a Câmara estava a fazer ao ritmo que conseguia, por outro lado ao nível de alterações legislativas da responsabilidade da Assembleia da República, que no fundo permitissem mitigar os efeitos de uma Lei das Rendias que em alguns casos não correspondia às necessidades é à crise vivida pelo mercado. -----

----- Arroios tinha problemas graves em várias áreas da Freguesia e uma delas era a que o freguês José Silva referia, mas também no Bairro das Colónias, também no Bairro da Pena, em várias zonas da Freguesia, que tinha a ver com a segurança e o conforto em termos de acessibilidade pedonal. Isso era uma das matérias mais críticas e a primeira prioridade de intervenção colocada no próprio programa eleitoral. Os técnicos da Junta de Freguesia tinham desenvolvido projetos internos para fazer obra. Logo que existissem contratos de delegação de competências com a Câmara avançariam com as obras. -----

----- A Junta só podia fazer em contratos de delegação de competências com a Câmara, uma vez que não tinha meios próprios para o fazer. Já tinham feito passeadeiras acessíveis em várias zonas da Freguesia e a ideia era aumentar o ritmo de execução, assim como passeios e aumentar a segurança. Isso era absolutamente central e tinha a ver com um tema central, mais quando se estavam a aproximar do 25 de Abril, o tema da liberdade. Era o valor maior da sociedade e não haveria liberdade se as pessoas não tivessem possibilidade de se sentir seguras quando saíam à rua. -----

----- Estavam completamente empenhados nisso e iriam com toda a energia fazer o que fosse possível para eliminar, sendo que na Calçada de Arroios havia um projeto em curso na Câmara para refazer todo o arruamento, incluindo a substituição de um coletor muito antigo e com problemas estruturais. -----

----- Realmente estava previsto um centro de saúde para a Freguesia e ainda nesse dia voltaram a sensibilizar a Câmara para que avançasse rapidamente. -----

----- Ficava com a nota do mobiliário urbano associado aos circuitos. A Junta de Freguesia tinha a responsabilidade da manutenção do mobiliário urbano, mas todas as pessoas eram fiscais, todos eram responsáveis pela manutenção do equipamento e do mobiliário urbano. Ninguém se podia eximir dessa responsabilidade, era importante que todos fizessem a sua parte. -----

----- A Vogal do Executivo Ana Vieira disse que era solidária com a questão do pré-escolar. Já não era uma questão nova, mas era particularmente premente, sobretudo porque a Freguesia estava a rejuvenescer muito e havia uma grande falta de apoio e investimento por parte da Câmara Municipal para a educação e o ensino pré-escolar. -----

----- Iria ser feita a substituição do edifício da Escola Leão de Arroios e à partida iria incluir um jardim de infância. -----

----- Quanto às creches e aos berçários, já tinham reunido com a Câmara. Era uma falha muito grande e estavam a agilizar o máximo de contacto possível para que avançasse a ideia de um projeto para novo berçário, ou nova creche, ou vários, porque de facto existia uma falta muito grande. Quando houvesse novidades sobre esse tema levariam à Assembleia. -----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;** -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou que tinha recebido dois pedidos de demissão da bancada do PS, um da Margarida Santos e outro do António Bacalhau, que também se demitia do Executivo. -----

----- Membro Beatriz Dias (BE) apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Viva o 25 de Abril! -----

----- *Comemoramos o quadragésimo quarto aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa História Coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.* -----

----- *Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. A Constituição da República consagrou todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados.* -----

----- *As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.* -----

----- *O Observatório das Desigualdades publicou, em março, dados que revelam que nos últimos dez anos, como consequência da profunda crise económica e social que se viveu no país, as desigualdades aumentaram, afetando principalmente as populações mais vulneráveis e desprotegidas.* -----

----- *O desemprego e precariedade laboral são ataques aos direitos dos trabalhadores e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho*

permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu. -----

----- As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são perçecionados como "outro", debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. -----

----- As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou. -----

----- O projeto político iniciado no 25 de Abril, de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 23 de abril de 2018 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Evidenciar o 44º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação; -----

----- 2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais. -----

----- Lisboa, 23 de abril de 2018 -----

----- As representantes do Bloco de Esquerda – Ana Júlia Filipe e Beatriz Gomes Dias. -----

Moção

“----- Pela defesa e despoluição do Rio Tejo -----

----- Considerando que: -----

----- (i) O rio Tejo é o mais importante rio que atravessa o concelho de Lisboa; -----

----- (ii) Os caudais reduzidos agravam a intensidade da poluição e as descargas poluentes feitas no Rio Tejo, ainda que a uma distância de centenas de quilómetros, afetam diretamente a cidade de Lisboa e o seu equilíbrio ambiental; -----

----- (iii) O rio Tejo está sujeito a diversas atividades humanas que lhe impõem uma carga demasiado pesada. Entre estas actividades contam-se diversas indústrias e explorações pecuárias que têm muitas vezes contribuído para a degradação da água do rio; -----

----- (iv) O desastre ambiental que ocorreu no passado dia 24 de janeiro, descrito pela associação proTEJO como "dantesco", onde se observou um manto de espuma branca que cobriu o Tejo junto à zona de Abrantes é apenas o último e mais visível episódio de desastres ambientais no rio Tejo; -----

81 A
B

----- (v) O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou, na Assembleia Municipal, em 21 de Fevereiro de 2017, um Moção pelo combate à poluição no Tejo, a qual foi aprovada por maioria. O ponto 2, alínea d), desta Moção, se tivesse sido aplicado, teria sido um importante factor para evitar parte da catástrofe deste ano; ----

----- (vi) A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) detetou níveis de celulose "cinco mil vezes" acima do normal e concluiu que as empresas de pasta de papel tiveram um "impacto negativo e significativo"; -----

----- (vii) Face a estas conclusões o Ministério do Ambiente ordenou uma redução da produção das indústrias de pasta de papel a laborar no Tejo; -----

----- (viii) Os trabalhos de limpeza do rio Tejo na sequência deste desastre ambiental, e da repetida acumulação de poluição ao longo dos anos, irão ascender aos 1,2 milhões de euros, de acordo com o Ministério do Ambiente; -----

----- (ix) O rio Tejo tem uma importância capital tanto do ponto de vista ecológico, como da proteção da biodiversidade, mas também do ponto de vista económico;

----- (x) A Assembleia da República aprovou por unanimidade no passado dia 06 de janeiro de 2018 a Resolução n.º 47/2018 que Recomenda ao Governo várias medidas para monitorizar e preservar a qualidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Tejo,

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 23 de abril de 2018 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, nº2, alíneas i), j) e k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Exortar o governo: -----

----- a. À adoção de medidas para o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado ecológico das águas do Tejo; -----

----- b. Ao estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrográfica do Tejo, nos dois países, e na Convenção de Albufeiras; -----

----- c. ação rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes; -----

----- d. À punição exemplar dos agentes que se provar terem provocado o desastre ambiental de 24 de janeiro. -----

----- 2. Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, ao Ministro do Ambiente, à Agência Portuguesa do Ambiente o Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro da Cultura, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, assim como ao movimento pelo Tejo - proTEJO. -----

----- Lisboa, 23 de Abril de 2018 -----

----- As representantes do Bloco de Esquerda -Ana Júlia Filipe e Beatriz Gomes Dias. -"

----- Voto de Pesar -----

"----- Pesar e condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes ---

----- "O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada". Estas foram algumas das últimas palavras proferidas de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade na cidade brasileira do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica, ativista, defensora intransigente dos Direitos Humanos e autointitulada "cria da favela da Maré" que foi brutalmente assassinada a tiro na passada quarta-feira, dia 14 de março, no Brasil, à saída de uma sessão pública de empoderamento das mulheres negras. -----

----- Consigo estavam Anderson Pedro Gomes, motorista do veículo, que também foi baleado e acabou por morrer, e a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque. -----

DA

----- Segundo as primeiras informações da polícia, os homicidas encontravam-se num carro que parou ao lado do veículo da vereadora, tendo fugido após a execução. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça. Várias organizações humanitárias já exigiram celeridade na investigação. Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e nos últimos dias havia denunciado o assassinato de jovens negros pela Polícia Militar do estado. -----

----- Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos na sua primeira disputa eleitoral. -----

----- Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e crítica da recente ocupação de vastas áreas urbanas pela intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro, Marielle Franco empenhou-se na luta pelos direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias, e na denúncia da violência policial. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 23 de abril de 2018 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, nº2, alíneas i), j) e k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Manifestar o seu pesar pelo assassinato de Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes; -----

----- 2. Transmitir condolências aos seus familiares, PSOL, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na pessoa do seu Presidente, e ao povo brasileiro; -----

----- 3. Expressar veemente condenação pela violência e pelos crimes políticos e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil; -----

----- Lisboa, 23 de Abril de 2018 -----

----- As representantes do Bloco de Esquerda - Ana Júlia Filipe e Beatriz Gomes Dias. "

----- Referiu que as moções eram subscritas pelo PS. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que o BE tomara a dianteira de felicitar pela liberdade. Sabia que o BE não tinha grande interesse em debater assuntos da Freguesia, porque tinha outros canais e não interessava ir à Assembleia debater outros problemas. -----

----- Solicitou à Senhora Presidente da Assembleia que fosse cumprido escrupulosamente o Regulamento da Assembleia, nomeadamente o artigo 30º, onde se estipulava que cada Membro tivesse cinco minutos para cada intervenção. A Membro Beatriz Dias tinha acabado de falar 12 minutos com três intervenções, o que considerava em nome da liberdade um abuso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, respondendo à solicitação do Membro Vitor Teles Fernandes, pediu aos Membros da Assembleia que usassem precisamente os cinco minutos indicados no Regimento. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** começou por dizer que não era verdade. O BE levava várias vezes assuntos da Freguesia, como iria fazer, e era bastante insultuosa essa informação. -----

----- Apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Recomendação** -----

"----- Recomenda à Junta de Freguesia de Arroios que inicie um diálogo com a CARRIS no sentido de resolver problemas de mobilidade na freguesia -----

----- Considerando que: -----

----- (i) No passado dia 19 de julho de 2017 o Metropolitano de Lisboa encerrou a estação de Arroios para obras de reabilitação. Estas obras irão capacitar a estação com um cais de embarque maior, o que permitirá a circulação de comboios de seis carruagens em toda a linha Verde, resolvendo um problema para o qual os utentes

SA A

alertam há vários anos, desde que se alteraram as composições dos comboios do metropolitano; -----

----- a. A estação do Metro deverá apenas abrir em 2019, criando uma dificuldade acrescida à população residente nas Imediações da actual estação de Arroios; -----

----- b. A CARRIS tem várias carreiras que passam na Avenida Almirante Reis que poderão fazer esta ligação ao metro durante este período de tempo através da colocação de paragens provisórias junto à actual estação de Arroios; -----

----- (ii) Existem também outras zonas da Freguesia carenciadas de transportes, nomeadamente o percurso entre o Campo Mártires da Pátria ao Largo da Graça, passando pela Rua Damasceno Monteiro; -----

----- a. Esta última rua, apesar de ser uma das mais longas ruas da freguesia, com um equipamento desportivo, e com muita população idosa, não tem qualquer meio de transporte que a percorra; -----

----- b. A CARRIS tem ao seu dispor autocarros de pequena dimensão que poderão fazer a diferença na mobilidade da população idosa que mora nesta zona da freguesia, e criar uma alternativa de transporte público para aceder à piscina localizada na Damasceno Monteiro; -----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 23 de abril de 2018 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º 2, alíneas i), j) e k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Que inicie um processo de diálogo com a CARRIS de forma a encontrar alternativas de transporte público para as imediações da estação de metro de Arroios, e para responder a outras zonas da freguesia, mais carenciadas em termos de mobilidade, nomeadamente o percurso entre o Campo Mártires da Pátria ao Largo da Graça passando pela Rua Damasceno Monteiro. -----

----- 2. Esta recomendação será enviada ao Vereador da Mobilidade e Segurança da Câmara Municipal de Lisboa, à CARRIS. -----

----- Lisboa, 23 de abril de 2013 -----

----- Pelas representantes do Bloco de Esquerda – Ana Júlia Filipe e Beatriz Gomes Dias. -----”

Moção

“----- Pela adopção de medidas de emergência face à iminência de expulsão de residentes na freguesia de Arroios -----

----- Considerando que: -----

----- i. A cidade de Lisboa enfrenta um grave problema de gentrificação, o qual associado à massificação do turismo, e a uma escalada da especulação imobiliária, tem vindo a aumentar a pressão sobre a sua população, seja ao nível das infraestruturas e equipamentos, seja ao nível da habitação, levando a uma degradação da qualidade de vida da população local; -----

----- ii. Estas mudanças têm resultado num aumento drástico dos casos de saída forçada de populações residentes, em particular as mais pobres, assim como de pequenos comerciantes, no quadro de uma prática de desocupação de prédios com vista à realização de grandes empreendimentos imobiliários; -----

----- iii. Igualmente o comércio de rua, e não só, tem sofrido com esta realidade, com um aumento de custos de funcionamento ditado pela pressão imobiliária, quando não mesmo face a despejos, perdendo Lisboa, e a Freguesia, muitos dos seus estabelecimentos mais característicos e icónicos. Tendo em conta a escassez das casas disponíveis para arrendamento o que, combinado com estas mudanças, tem contribuído para um grande aumento dos preços do arrendamento; -----

SP 12

---- iv. Considerando o papel crucial que teve o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) na medida em que: retirou, de forma unilateral, injustificada e desproporcionada, direitos aos inquilinos, e precarizou os contratos; permitiu o aumento das rendas antigas; abriu vias verdes para o despejo, nomeadamente o realizado através do anúncio de obras (sem necessidade de reintegrar o inquilino) e através da sua retirada da alçada dos tribunais — mais uma vez numa clara violação das garantias de protecção que os inquilinos têm de ter. -----

---- v. Recentemente o NRAU foi alterado, estendendo o prazo transitório para famílias com menores rendimentos e mais idosas. Com esta alteração avançou-se na protecção da população mais vulnerável de despejo. No entanto é necessário proceder a uma maior alteração a esta lei, processo mais urgente pelo facto de que o período transitório terminará em 2020. -----

---- vi. Até 2013, o Estado, através do seu sector empresarial, era detentor de uma vasta carteira de imobiliário dedicado ao arrendamento habitacional, concentrado na seguradora Fidelidade e suas subsidiárias, até então detida pelo Estado através da Caixa Geral de Depósitos e onde foram concentrados muitos investimentos imobiliários que eram originalmente da Caixa Geral de Depósitos; -----

---- vii. Por imposição do Memorando de Entendimento, prontamente cumprido pelo Governo PSD/CDS, procedeu-se em 2013 à privatização da mesma e, por arrasto, à alienação de um vasto património imobiliário dedicado ao arrendamento para habitação, sendo adquirente um fundo de capitais chineses; -----

---- viii. Hoje, chegam notícias da intenção da administração da Fidelidade em alienar esse património imobiliário, assistindo-se à resolução progressiva dos contratos de arrendamento por parte da Fidelidade e à não renovação dos ditos contratos com o objectivo da venda futura dos imóveis sem quaisquer ónus ou encargos; -----

---- ix. Muitos destes imóveis situam-se no território da freguesia, contribuindo ainda mais para o agravamento de situação já grave do aumento dos preços do arrendamento na Cidade; -----

---- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 23 de Abril de 2018, delibera, ao abrigo de disposta no artigo 9º, n.º 2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

---- 1. Reafirmar a urgência de mudanças legislativas que protejam devidamente os inquilinos e impeça processos de gentrificação como os que estamos a assistir em Lisboa, nomeadamente quanto à saída forçada das populações com menos rendimentos e o fecho do pequeno comércio; -----

---- 2. Sublinhar igualmente a urgência de medidas imediatas no sentido de parar os despejos, nomeadamente através da revogação do balcão de arrendamento; -----

---- 3. Estabelecer medidas que garantam uma maior estabilidade dos contratos e a limitação do aumento das rendas progressivo e com teto máximo; -----

---- 4. Recomendar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que avalie sempre pela possibilidade de exercício do direito de preferência pelo Município de Lisboa relativamente a imóveis destinados a habitação onde existam contratos de arrendamento que, pela sua dimensão e número de inquilinos, possam agravar a já delicada situação de acesso ao Direito à Habitação, como é o caso dos imóveis detidos pela Fidelidade. -----

---- Sendo aprovada, esta moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, à Secretária de Estado da Habitação, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, assim como à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Lisboa. -----

---- Lisboa, 23 de Abril de 2018 -----

Of 15

----- *As representantes do Bloco de Esquerda - Ana Júlia Filipe e Beatriz Gomes Dias. - "*

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que ficava muito satisfeita com a presença do público e com as suas intervenções. Eram essas que permitiam verificar não ser um trabalho em vão, que estavam ali para fazer alguma coisa pela Freguesia, pelo bem-estar e qualidade dos moradores. -----

----- Tinham já falado no problema da esquadra de Arroios, exatamente pela segurança dos moradores. -----

----- A recolha do lixo numa Freguesia com 40 mil moradores e mais os turistas, estava a ser quase um caos. O problema dos ecopontos. O problema grande e grave da habitação. -----

----- Disse que os imóveis da Fidelidade em Lisboa eram 175 e eram 270 no País todo. Os 1500 seriam os fogos. -----

----- Era um gravíssimo problema da cidade e o problema que estava a acontecer era contra os idosos que eram obrigados a sair das suas habitações, os comerciantes, mas atualmente já não era assim. Andaram a chamar as famílias novas para a Cidade de Lisboa e fizeram-se contratos ao abrigo da nova Lei do Arrendamento com três e cinco anos, acontecendo que não se renovavam os contratos e as famílias que foram viver para a cidade estavam na iminência de ter que sair. -----

----- Tiveram uma reunião com a Comissão de Moradores dos Anjos precisamente devido aos prédios da Fidelidade. Na Freguesia havia seis imóveis da Fidelidade, um deles na sua rua. -----

----- Tinham que estar todos cientes, porque isso batia à porta de todos. Comprar então era impossível pensar na Freguesia, estava um caos. -----

----- Em relação à questão do tempo, tinha consigo o Regimento e não lhe parecia que fossem cinco minutos, eram dez minutos para cada. -----

----- Sobre o painel, também tinha muita pena. O centro de saúde teria que ser feito, mas tinha muita pena daquele painel ser destruído porque era lindíssimo. -----"

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

"----- *Comemorar e Saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio* -----

----- *A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.* -----

----- *O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.* -----

----- *O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.* -----

----- *A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.* -----

----- Por outro lado o 1 de Maio, dia Internacional dos Trabalhadores, representa a luta e o reforço da organização do movimento operário e sindical, alargando e envolvendo na acção uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançando, assim, pontes para o futuro e assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. -----

----- Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores. -----

----- As comemorações da Revolução de Abril e do 1º de Maio devem ser um momento para afirmar o Poder Local Democrático e para defesa das conquistas e dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras. -----

----- Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

----- Assim, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 23 de Abril de 2018, delibere: -----

----- 1. Saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio; -----

----- 2. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa; -----

----- 3. Apelar aos eleitos, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos populares. -----

----- Arroios, 23 de abril de 2018 -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra. ----- ”

----- **Membro Maria José de Matos (PS)** apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- Açucena Veloso nasceu há 65 anos em Cabanelas, distrito de Braga, mas foi em Lisboa que construiu a vida profissional tornando-se numa das maiores e melhores comerciantes de pescado da capital. -----

----- Possuidora de uma sólida ética comercial era reconhecida pela qualidade dos seus produtos, tanto pelo consumidor comum como pelos principais chefes de cozinha. -----

----- Deve-se a Açucena Veloso uma boa parte do sucesso que o Mercado 31 de Janeiro tem atualmente, onde esteve por 55 anos, primeiro vendendo limões e posteriormente, peixe. A sua opinião esclarecida e conhecedora, a par do seu dinamismo comercial, foram o motor para a nova vivência daquele espaço. -----

----- Reconhecida pelo cariz franco nunca permitiu que o sucesso empresarial se sobrepusesse à sua veia popular mantendo a mesma disponibilidade e amabilidade para todos os clientes, independentemente do seu estatuto ou estrato social. Menos conhecida, porque ela assim o desejava, era a sua faceta solidária que muitas vezes praticava junto dos mais necessitados que se acercavam da sua banca. -----

----- Açucena era, desde 2013, Tesoureira e Diretora da Associação de Comerciantes nos Mercados de Lisboa, para onde entrou em 1989, tendo sido eleita delegada pelo sector do peixe, constituindo-se em 30 anos de dedicação ao associativismo. -----

----- No dia 11 de fevereiro de 2018 Açucena partiu prematuramente, vitimada por um acidente automóvel, deixando, na cidade, e sobretudo nesta freguesia, um vazio próprio das figuras ímpares. -----

of A

----- Assim, pelos anos de trabalho que dedicou ao mercado de 31 de Janeiro, pela lealdade e respeito que sempre manifestou pelos clientes e, sobretudo, pelo Ser Humano que era, o Grupo do PS na Assembleia de Freguesia de Arroios propõe que esta Assembleia, na sua reunião de 23 de abril de 2018, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Açucena Veloso, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- b) Remeter o presente voto de pesar à sua família; -----

----- c) Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da Freguesia. -----

----- Lisboa, 20 de abril de 2018. ----- ”

----- Voto de Pesar -----

“----- No passado dia 29 de março, faleceu Manuel Augusto Marques, aos 70 anos de idade. Natural da Lourinhã, era um funcionário leal e cumpridor, sempre pronto a colaborar com o Executivo e com os colegas nas tarefas que lhe eram atribuídas quer fossem elas da sua competência direta ou indireta. -----

----- Possuidor de um caráter afável e de sorriso pronto, Manuel Marques partiu de forma inesperada, deixando em todos os que com ele conviviam uma nota de elevada tristeza e sentido de perda. -----

----- Assim, pelos anos de trabalho que dedicou a esta Junta de Freguesia, pela lealdade e respeito que sempre manifestou e, sobretudo, pelo Ser Humano que era, o Grupo do PS na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que esta Assembleia, na sua reunião de 23 de abril de 2018, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Augusto Marques, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- b) Remeter o presente voto de pesar à sua família; -----

----- c) Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da Freguesia. -----

----- Lisboa, 20 de abril de 2018 ----- ”

----- Moção -----

“----- Por uma Freguesia de Arroios Rejuvenescida -----

----- Na freguesia de Arroios, observa-se um momento de contra tendência a um fenómeno social generalizado no município de Lisboa e até do País — o rejuvenescimento dos seus habitantes. O estudo Conhecer Arroios, de 2017, aponta para dados estatísticos a nível demográfico curiosos: onde, em 2011, existiam 236 idosos por cada 100 jovens, hoje há 104 idosos por cada 100 jovens. A idade média dos habitantes da freguesia era de 47,01 anos em 2001, e diminuiu para os 45,45 anos de idade em 2011. -----

----- Muito devido à existência de uma elevada taxa de imigração de famílias jovens com filhos pequenos, a freguesia e a sua composição estão a mudar. E o seu rejuvenescimento parece tendencioso — a chegada de imigrantes é de uma afluência significativa e não se espera que esta mude. Isto implica um fluxo positivo de entrada no mercado de trabalho e, consequentemente, surgem necessidades específicas das famílias e dos jovens e jovens-adultos, sobre as quais a nossa Constituição incide, mas que a realidade na freguesia não reflete. -----

----- Arroios é uma freguesia com uma falta muito considerável de instituições de ensino pré-escolar no seu território, sobretudo em berçários e creches. Crianças pequenas cujos cuidados ficam comprometidos pela falta de opções para estas famílias jovens cujos rendimentos são tendencialmente baixos e, à falta de horário de trabalho para conseguir assegurar uma educação de qualidade e uma presença permanente no quotidiano, se limitam a constranger as suas vidas, abandonando o território ou

pagando avultadas quantias de mensalidades em escolas privadas, cujos custos, muitas vezes, forçam um membro da família direta a ficar em casa e suportar a educação a tempo inteiro por falta de opção. -----

----- Além disto, na rede pública de Escolas do 1º Ciclo, cuja reabilitação está em curso, nomeadamente na Escola Sampaio Garrido, permanecem desajustadas as infraestruturas oferecidas pelo ensino público. Exemplo claro disto é a Escola Básica Leão de Arroios, cujas instalações, além de envelhecidas, com cerca de 40 anos de existência, são arquitetonicamente inapropriadas para a atividade educacional com crianças de idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade. O local onde a escola se encontra inserida não apresenta as condições de segurança que a nova urbanidade assim o exige e os espaços de recreio são insuficientes para responder às necessidades das 400 crianças que, diariamente, frequentam este espaço escolar, resultando na inevitável desadequação daquela escola às exigências atuais. -----

----- Por outro lado, o mesmo sucede com a comunidade universitária na freguesia, que está em crescimento e que vem estudar para a cidade, encontrando habitação a preços muito mais altos do que estes e as suas famílias poderiam realmente suportar. Basta julgar o salário médio nacional dos trabalhadores jovens entre os 25 e os 34 anos, atualmente nos 757 euros, o único grupo que sofreu recuo salarial na última década — sendo que o mercado de arrendamento se tem demonstrado implacável para com estes jovens, a situar o preço médio de um quarto em Lisboa nos 355 euros, no que respeita o primeiro trimestre de 2017. Seria urgente responder a este problema com soluções efetivas, sobretudo com instalações de residência universitária de custos ajustados às necessidades e condições de estadia com qualidade. -----

----- Veja-se que no artigo 75º da CRP se lê que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. Com cerca de 30 mil habitantes e uma população rejuvenescida, é um dever político, como meio de combater a baixa taxa de natalidade portuguesa, a tendência decrescente do número de habitantes na freguesia em específico e a degradação da oferta do ensino público, facilitar os meios, infraestruturas e serviços para que estas tendências se revertam, e que o ensino público em Arroios seja efetivamente uma prioridade. Que existam esforços efetivos para a sua expansão como resposta às necessidades da nossa população, assegurando não só o fixar das famílias, como das crianças na freguesia, e os estudantes no geral, dos mais novos aos mais velhos. -----

----- O Grupo do Partido Socialista e o do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sua reunião de 23 de abril de 2018, delibera propor às entidades competentes: -----

----- 1. Imediata realização de obras, de caráter não estrutural e cuja necessidade foi já identificada no atual edificado da Escola EBI Leão de Arroios; -----

----- 2. Construção de uma nova Escola Básica na Freguesia, capaz de suprir as deficiências identificadas e visando substituir a atual Escola EBI Leão de Arroios, -----

----- 3. Acelerar o programa de construção de creches e jardins de infância materializando, rapidamente, as infraestruturas na freguesia; -----

----- 4. Promover a constituição de residências universitárias, preferencialmente, pela reabilitação de espaços devolutos. -----

----- Lisboa, 23 de abril de 2018----- ”

----- Membro Jorge Rodrigues (PS) apresentou o seguinte documento: -----

----- Moção -----

“----- Pela defesa do serviço dos CTT-----

----- Considerando que: -----

----- A freguesia de Arroios caracteriza-se pela sua diversidade - quer em termos físicos, pela morfologia do território, quer em termos humanos pela sua densidade e heterogeneidade populacional. Estes fatores representam desafios acrescidos no que respeita ao acesso universal aos serviços essenciais. -----

----- Subsistem, na freguesia, situações de fragilidade social — de que são reflexos os cerca de 1000 beneficiários do apoio social prestado pela Junta de Freguesia de Arroios através do Cartão + Arroios. -----

----- O índice de envelhecimento elevado que caracteriza a freguesia confere contornos mais graves às situações de fragilidade social, pela sua conjugação com fatores como a infoexclusão, a mobilidade reduzida, isolamento, ou carência económica. -----

----- Os serviços prestados pelos CTT revestem-se de um carácter eminentemente público, com a obrigatoriedade de garantir um serviço público postal universal, que não discrimine utilizadores nem limite a acessibilidade da população a estes serviços. -----

----- O conjunto dos serviços prestados pelos CTT, e a sua distribuição territorial traduzem-se num mecanismo de proximidade à população e de coesão social, que se reveste de especial importância no que respeita à população em situação de fragilidade social. -----

----- No contrato de concessão entre o Estado português e a empresa CTT Correios de Portugal, S.A., estão delineados os princípios de acesso a um serviço público postal universal - que não discrimine utilizadores nem limite a acessibilidade da população a estes serviços. -----

----- Foi tornada pública a intenção de encerrar mais 22 estações dos CTT, em que incluiu o encerramento da Estação dos CTT do Socorro, situada na Rua da Palma; -----

----- O encerramento desta estação representa a imposição de uma limitação no acesso a serviços públicos essenciais à população local, na qual se incluem residentes e trabalhadores da Freguesia de Arroios. Constitui-se, igualmente, como um desrespeito pelo poder local e pelos seus eleitos, que não foram ouvidos nesta decisão. -----

----- Este encerramento é tanto mais grave quanto representa a continuidade de um processo de degradação que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos anos —já em 2013, o processo de reorganização dos CTT determinou o encerramento de 124 estações, incluindo a Estação dos Anjos. -----

----- Perante a decisão unilateral do encerramento da estação dos Anjos, por parte da Administração dos CTT na freguesia de Arroios, fruto da luta e empenho da Junta de Freguesia de Arroios, foi possível garantir a manutenção dos serviços prestados pela Estação dos Anjos, através da abertura de um Posto de Correios no Mercado do Forno de Tijolo, cujas despesas foram e são inteiramente suportadas pela autarquia. -----

----- A abertura do Posto de Correios do Mercado do Forno do Tijolo garantiu o acesso a serviços públicos essenciais à população local, consolidando a relação de proximidade à população, e salvaguardando a população em situação de fragilidade social, para quem estes serviços representam o suporte à sua vida e coesão social do território. -----

----- O Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sua reunião de 23 de abril de 2018, delibera propor: -----

----- 1- Saudar a posição assumida pela Junta de Freguesia de Arroios na criação e manutenção do Posto de Correios do Mercado do Forno do Tijolo, garantindo-se a continuidade deste serviço público à população que reside e trabalha na freguesia, sem embargo de o mesmo dever ser assumido pela concessionária e de esta via significar um custo acrescido para a população; -----

9/10/18

----- 2 - Manifestar o seu desacordo com a política de encerramento das estações citadas fruto de uma demonstração e desadequação da gestão das empresas às necessidades das populações; -----

----- 3- Solicitar ao Governo uma avaliação do cumprimento das responsabilidades contratuais subjacentes a esta concessão e da adequação deste modelo, fruto da privatização dos CTT, aos serviços bases prestados e às reais necessidades das populações. -----

----- Lisboa, 23 de abril de 2018-----”

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Saudação** -----

“----- Por ocasião do Dia Internacional da Mulher -----

----- Considerando que a justa luta das mulheres por melhores condições de vida, pelos direitos políticos e económicos, pela igualdade é, ainda, hoje uma realidade de que, infelizmente, se não vislumbra o seu fim; -----

----- Considerando que a ideia de criar o Dia da Mulher surgiu, na Europa e nos Estados Unidos, nos finais do século XIX e inícios do século XX, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho e, então, também pelo direito ao voto; -----

----- Considerando que, de acordo com alguns relatos, a primeira vez que o dia da mulher foi comemorado, tal ocorreu em 1909, nos Estados Unidos da América, assinalando uma greve, que terá ocorrido no ano anterior, em Nova Iorque, das operárias do sector do vestuário que lutavam por melhores condições de vida; -----

----- Considerando que também em março de 1917, na Rússia, houve uma greve de trabalhadoras russas do setor de tecelagem; -----

----- Considerando que, pelo menos, desde 1911 que o dia da mulher é comemorado em países como a Áustria, a Dinamarca, a Alemanha e a Suíça, com o intuito de exigir os direitos de votar e ser votada, de trabalhar, de receber educação vocacional e, também, o fim da discriminação no trabalho; -----

----- Considerando que na década de setenta do século XX, a ONU declarou 1975 como ANO INTERNACIONAL DA MULHER e o dia 8 de março como DIA INTERNACIONAL DA MULHER, tendo como objetivo lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, independentemente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, económicas ou políticas; -----

----- Considerando e recordando as palavras de S. João Paulo II, quando por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a mulher, se dirigiu às mulheres nos seguintes termos: " (...) gostaria de me dirigir a cada mulher, para refletir em comum sobre os problemas e perspetivas da condição feminina no nosso tempo, detendo-me em particular sobre o tema essencial da dignidade e dos direitos das mulheres (...) Obrigada a ti mulher trabalhadora, empenhada em todos os setores da vida, social, económica, cultural, artística, política, pela contribuição indispensável que dás à elaboração de uma cultura capaz de conjugar razão e sentimento, a uma conceção da vida sempre aberta ao sentido do "mistério", à edificação de estruturas económicas e políticas mais ricas de humanidade" -----

----- Considerando e recordando, ainda, as palavras do Papa Francisco que quando questionado sobre as diferenças entre o homem e a mulher na sociedade, responde com frequência: "A dignidade humana é igual para todos os seres humanos: quando piso a dignidade do outro, estou a pisar a minha própria dignidade (...)" -----

----- Considerando, finalmente, que no passado dia 8 de março se comemorou, uma vez mais, o DIA INTERNACIONAL DA MULHER; -----

81 A
v

----- *A Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa) reunida pela primeira vez, após aquela data hoje, dia 23 de abril de 2018, delibera: -----*

----- *1 - Saudar na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa), todas as mulheres, em especial as da freguesia de Arroios (Lisboa), que legítima e permanentemente lutam pela igualdade no plano social, económico, cultural, político e de género; -----*

----- *2 - Saudar as mulheres que hoje continuam a sua luta integrando as várias estruturas sindicais, sociais, culturais, económicas e políticas, nomeadamente os órgãos do Poder Local Democrático, com especial relevo, atento o carácter deste órgão, das mulheres que integram a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa), enquanto eleitas e representantes da população desta freguesia; -----*

----- *3 - Manifestar o seu apoio e incentivo à participação das mulheres na política, nomeadamente nos órgãos autárquicos e, consequentemente congratular-se pelo facto de os membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa) ser, neste mandato, composta por uma maioria de mulheres, nomeadamente na generalidade dos partidos que a integram. -----*

----- *Lisboa, 23 de abril de 2018 -----*

----- *Os eleitos do PPD/PSD - Partido Social Democrata -----*”

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** apresentou o seguinte documento. -----

----- **Saudação** -----

“----- *Por ocasião do 1º de Maio -----*

----- *Considerando que o dia 1º DE MAIO é o dia do trabalhador; -----*

----- *Considerando que esta data comemorativa tem origem na ocorrência, em 1886, de uma grande manifestação de trabalhadores nos Estados Unidos; -----*

----- *Considerando que a partir de 1891, o Congresso Operário Internacional passou a assinalar aquela data; -----*

----- *Considerando que a 23 de abril de 1919, o senado francês ratificou as oito horas de trabalho e proclamou o primeiro de maio como feriado; -----*

----- *Considerando que em Portugal esta data foi assinalada, pela primeira vez, logo em 1890; -----*

----- *Considerando que no primeiro de maio se assinala não só o dia do trabalhador, mas também a luta pelo direito às oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso; -----*

----- *Considerando que, em geral, o 1 de maio assinala não só uma data histórica das justas lutas dos trabalhadores pela liberdade e pela melhoria dos direitos sociais, económicos e políticos, mas também a luta diária pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores em geral. -----*

----- *A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida, hoje, dia 23 de abril de 2018, dada a proximidade do primeiro de maio, delibera: -----*

----- *1 - Saudar o 1º DE MAIO enquanto dia do trabalhador e de luta pela liberdade e pela melhoria dos direitos sociais, económicos e políticos; -----*

----- *2 - Saudar, em geral, todos os trabalhadores, de modo particular os trabalhadores que vivem e trabalham na Freguesia de Arroios e de modo especial, os trabalhadores que diariamente tornam possível o normal funcionamento dos órgãos autárquicos e dos serviços públicos desta Freguesia. -----*

----- *3 - Que da presente deliberação seja dado público conhecimento à população da Freguesia de Arroios e aos trabalhadores desta autarquia. -----*

----- *Lisboa, 23 de abril de 2018. -----*

----- *Os eleitos do PPD/PSD - Partido Social Democrata -----*”

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** apresentou o seguinte documento:-----

2 A
b

----- Saudação -----

“----- Saudação ao 25 de Abril -----

----- Considerando que o 25 de Abril veio restituir a liberdade e a possibilidade de viverem livremente, em Portugal, todos aqueles que pugnaram e lutaram pelos ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade, o que tornou possível, nomeadamente, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a igualdade entre homens e mulheres, o direito a escolher o projeto educativo e o direito à justa retribuição pelo trabalho prestado. -----

----- Considerando que o 25 de Abril de 1974 veio tornar possível que a vontade do povo português pudesse ser livremente expressa, por sufrágio, direto, secreto e universal, desde logo, em 1975, aquando da eleição da Assembleia Constituinte; -----

----- Considerando que com o 25 de abril de 1974 se iniciou o processo que conduziu à afirmação do regime democrático, assente na liberdade e nas conquistas sociais, económicas e políticas do povo português, nomeadamente com a aprovação da Constituição de 1976; -----

----- Considerando que a Constituição de 1976 veio consignar que Portugal é um estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais, no pluralismo de expressão e na organização política democrática; -----

----- Considerando que a Constituição de 1976 veio a promover e a garantir a melhoria das condições sociais, económicas e políticas do povo português e, bem assim, a criar e afirmar o Poder Local Democrático; -----

----- Considerando que o Poder Local Democrático, uma das inovações da Constituição de 1976, é uma das condições essenciais ao desenvolvimento e ao progresso de Portugal, a par de possibilitar, em geral, uma maior participação dos cidadãos na decisão sobre sua vida das suas terras e a razão de ser de nos encontrarmos aqui, hoje, reunidos. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa), reunida, hoje, dia 23 de abril de 2018, delibera: -----

----- 1 - Saudar o 25 de Abril de 1974 enquanto momento de restituição da liberdade, da democracia e dos direitos e liberdades fundamentais aos Portugueses; -----

----- 2 - Saudar todos aqueles que com verdadeiro espírito democrático e de luta pela liberdade participaram no 25 de Abril de 1974, tornando assim possível a afirmação dos princípios basilares da democracia, do primado do Estado de Direito democrático, do respeito da vontade do povo português e pugnando pela construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno; -----

----- 3 - Saudar, ainda, todos aqueles que antes e depois do 25 de abril lutaram pela liberdade e pela afirmação do regime democrático em Portugal. -----

----- Lisboa, 23 de abril de 2018-----

----- Os eleitos do PPD/PSD - Partido Social Democrata-----”

----- Membro Ana Mirra (PCP) disse que tinha ido à Assembleia de Freguesia de Santo António e queria dar os parabéns a todos, que bem ou mal eram muito democráticos. Iam tentando aprender uns com os outros.-----

----- Esperava não ir contra o Senhor José Silva, que tinha razão, mas discutiríamos mais à frente a questão da segurança. Sabiam que Arroios ao nível de segurança e policiamento era muito complicado, uma questão da Câmara e estatal.-----

----- Congratulou-se com a festa no Campo Mártires da Pátria, em nome da Joana Martins e de toda a equipa que estava a trabalhar para aquela festa. Levara mais cor, mais alegria. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- Moção -----

“----- Apoiar os moradores da Fidelidade Seguros -----

----- Pela revogação da Lei dos Despejos -----

----- Na anterior Legislatura foi aprovada a Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto que aprovou o Novo Regime de Arrendamento Urbano. -----

----- O que consubstanciou uma verdadeira forma de agilizar os despejos, em especial dos arrendamentos mais antigos. -----

----- Este novo regime de arrendamento urbano foi penoso para todo o território nacional, mas em especial para a Cidade de Lisboa, ditando o despejo de milhares de famílias das suas habitações, o despejo de várias colectividades e o encerramento de muitas empresas, nomeadamente no sector do comércio. -----

----- Contribuindo, em muito, para acentuar as injustiças e as desigualdades sociais e contribuindo para a intensificação do processo de especulação imobiliária e abrindo caminho ao empolamento de fenómenos como o alojamento local. -----

----- Hoje, em Lisboa o preço das rendas atinge valores exorbitantes e a duração dos contratos é cada vez mais curta, de tal modo que passou a existir a terminologia de "contratos de arrendamento precários" -----

----- Também, recentemente, a Fidelidade Seguros, aproveitando a Lei de Despejos da ex-Ministra Assunção Cristas, notificou já alguns moradores de que o seu contrato não irá ser renovado, e que em 120 dias serão obrigados a entregar as chaves do imóvel. --

----- Esta realidade também se passa na nossa Freguesia, tendo já se realizado uma reunião de moradores afectados com esta intenção da Fidelidade Seguros, com a Junta e com representantes dos partidos com assento na Assembleia de Freguesia. -----

----- O PCP propôs recentemente na Assembleia da República a revogação do regime de arrendamento urbano imposto pelo PSD e CDS, para que o Estado assuma as suas responsabilidades na condução das políticas de arrendamento urbano, cumprindo o que está consagrado na Constituição da República Portuguesa: "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar". -----

----- Ainda em relação às intenções de despejo por parte da Fidelidade, o PCP considera que esta situação é demonstrativa do profundo desprezo social com que a Fidelidade Seguros lida com a situação destas famílias, pelo que se exige uma intervenção imediata do Governo. A situação destas famílias não pode ser reduzida a um mero conflito entre senhorio e inquilino, e o Governo tem a obrigação de intervir desde já. -----

----- No caso da situação que se passa no concelho de Loures com três torres propriedade da Fidelidade Seguros, o PCP apresentou um Projecto de Resolução, que foi aprovado com os votos do PCP, PEV, PS e BE em que nomeadamente recomenda ao governo que: -----

----- "Desenvolva todas as diligências para assegurar a suspensão imediata da ameaça de despejos nas torres da Fidelidade Seguros" -----

----- No próximo dia 4 de Maio será discutido em Plenário da Assembleia da República o Projecto de Lei do PCP que revoga, a "Lei dos Despejos". -----

----- Os moradores e populações podem contar, da parte do PCP, com todo o empenho e solidariedade na defesa do direito à habitação. -----

----- Assim, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 23 de Abril de 2018, delibere: -----

----- 1. Apoiar a luta dos moradores dos prédios da Fidelidade Seguros; -----

----- 2. Exigir à Assembleia da República a Revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto que aprovou o Novo Regime de Arrendamento Urbano; -----

----- 3. Remeter a presente moção para: Assembleia da República; Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Assembleia Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa. ---

----- Arroios, 23 de Abril de 2018 -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra----- ”

----- **Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP)** disse que gostava de concordar com a Membro do PCP Ana Mirra quando dizia que, comparados com outras Assembleias de Freguesia, eram muito democratas. Se fossem a São Domingos de Benfica ou à Estrela eram sujeitos a levar umas facadas e até insultos. -----

----- Cabia aos Membros da Assembleia de Freguesia estudarem um pouco antes de apresentar moções ou recomendações, porque havia coisas que eram competência da Junta, outras da competência da Assembleia Municipal, outras da Câmara Municipal e outras da competência do Governo. -----

----- O CDS concordava com muitas das coisas ali ditas, mas não era o local. Por exemplo se assistissem às Assembleias Municipais, os grupos parlamentares também apresentavam essas moções e era o local próprio para o fazer. Não estava a menosprezar o que faziam na Assembleia de Freguesia, era simplesmente definir prioridades. -----

----- Tinham uma ordem de trabalhos com treze pontos, foram eleitos pelos fregueses de Arroios, ainda faltavam onze pontos para tratar. -----

----- Pedia que em futuras Assembleias de Freguesia se focassem naquilo que interessava em Arroios. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- 25 de Abril de 2018 -----

----- O CDS saúda o 44º aniversário do 25 Abril de 1974. -----

----- De um Abril que consagrou a plena liberdade para todos e não do abril sectário. -

----- De um Abril que restaurou os direitos civis e políticos e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais ditaduras. Nem todos entenderam e respeitaram a vontade popular pelo que só foi possível recentrar Portugal no justo caminho da democracia, da liberdade e da tolerância em 25 Novembro de 1975. -----

----- De um Abril que conduziu ao reconhecimento internacional de Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia. -----

----- De um Abril que incontestavelmente trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país. -----

----- De um Abril intemporal, o Abril sem donos, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado. Nunca estará! Mas que nos permite ser construtores e responsáveis pelo nosso destino. -----

----- Celebrar Abril é defender diariamente a democracia dos perigos e desafios provocados pela descredibilização do sistema político que leva à crescente abstenção eleitoral e à desconfiança de vastos sectores da população, impelindo-os para as propostas populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita. -----

----- Celebrar Abril é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos legou. É identificar e combater, quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque dentro de dias se celebra o 1º de Maio é, também, o momento para recordar que um

81 A
b

Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. -----

----- *Celebrar Abril é lutar, na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.* -----

----- *Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.* -----

----- *A Liberdade não tem dono. Celebremos Abril* -----

----- *Lisboa, 23 de abril de 2018* -----

----- *Os Autarcas do CDS – Frederico Sapage e Vitor Teles.* ----- "

----- **Membro Joana D'Arc Chouriço (PS)** disse que se tinha falado muito em liberdade, mas liberdade era igual a lealdade e honestidade. -----

----- Tinha-se visto a Membro da Assembleia Margarida Santos como funcionária da Junta e achava um pouco esquisito. Gostaria de ter uma explicação sobre isso. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, usando da palavra para defesa da honra, disse que não tinha percebido a pergunta, mas, já que estavam a falar de liberdade, essa pergunta só existia porque estavam a falar de liberdade, que devia existir. -----

----- O Partido Socialista, fundado em 1973 e que se fundava numa ideologia que tinha a ver com social democracia, com origem na Revolução Francesa e na Revolução Americana, tinha como ponto central a liberdade e a lealdade. O PS, com todo o respeito por todas as forças políticas, estivera antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril sempre do lado certo da liberdade. -----

----- Não entendia a questão ali colocada. Aparentemente foram levantadas questões de lealdade, era uma afronta o que tinha sido dito. A falta de lealdade ficava com quem remetera essas palavras. -----

----- **Membro Joana D'Arc Chouriço (PS)** disse que sendo a 18ª da lista não tinha sido eleita, era a primeira vez que ia à Assembleia e ouvira pela Presidente da Assembleia que seria a tomada de posse do novo Membro da Assembleia. Os funcionários estavam a trabalhar e via por exemplo a Margarida Santos, que era Membro da Assembleia, mas em serviço. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que não era incompatível. No seu caso tinha sido Membro da Assembleia Municipal de Lisboa durante algum tempo e era funcionária da Câmara Municipal. Essa questão não tinha razão de ser e estava completamente encerrada, não havia qualquer incompatibilidade. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que a Dra. Margarida Santos tinha renunciado ao mandato na Assembleia de Freguesia e assumira funções na Junta de Freguesia, cumprindo aliás uma disposição legal de requisição a uma Universidade. -

----- Esse era o esclarecimento que se impunha a todos os eleitos, sendo que os eleitos do PS podiam ter esclarecido anteriormente. Não o fizeram, resolveram fazê-lo ali. O PS tinha que fazer uma reflexão interna de formação política dos seus Membros para perceber como funcionava a Assembleia de Freguesia, quais as responsabilidades dos seus Membros. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que estava um pouco pasmada, porque ainda pouco tempo antes se estava a falar em liberdade, o Jorge Lavaredas fora uma das principais pessoas a falar nessa palavra. -----

----- Era justa e correta a questão colocada pela Membro Joana Chouriço. Aliás, iria colocar precisamente essa questão no ponto da tomada de posse dos novos Membros. Era uma questão premente, porque efetivamente havia um Membro eleito da

Assembleia de Freguesia, que estivera presente pelo menos até ao dia 31 de janeiro e tinha votado, mas de repente em fevereiro surgia como funcionária da Junta. -----
 ----- Uma das perguntas que tinha para fazer era saber quando teria sido feita a renúncia do mandato e quando fora tornada pública essa renúncia e onde. Tinham o direito de saber. Ao falar-se nas duas tomadas de posse, se calhar devia ter havido uma explicação. -----
 ----- A Joana Chouriço tinha a liberdade de pôr as questões. Certamente que no PS não queriam que as pessoas fossem para ali fazer só papel de braço no ar. A liberdade era para todos. -----
 ----- Era uma questão premente saber-se. Havia um Membro da Assembleia que passara para funcionária e não se sabia se renunciara, quando, se ainda pertencia ou não. Não foram dadas explicações. -----
 ----- As coisas não deviam ser olhadas do modo como foram, deviam ser normais. Tinham o direito de saber. -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou ter dito logo no início que a Margarida Santos e o António Bacalhau tinham pedido a renúncia do mandato. -----
 ----- Disse que não havia qualquer incompatibilidade no exercício dos direitos de cidadania de qualquer funcionário público, fosse ele funcionário da Freguesia ou da Câmara. A Margarida Santos e o António Bacalhau tinham pedido a renúncia e era por isso que tomariam posse dois novos Membros na Assembleia de Freguesia. -----
 ----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha intenção de fazer a intervenção no momento da ordem de trabalhos em que se iria proceder à substituição dos Membros renunciantes. No entanto, uma vez que a questão era suscitada, dizer que o PPD/PSD comungava das preocupações levadas ali. -----
 ----- Era verdade que a Senhora Presidente dera “en passant” a informação de que havia dois pedidos de renúncia, um “en passant” muito acelerado porque aquilo que efetivamente devia ser transmitido à Assembleia ainda não o fora. -----
 ----- Havia duas renúncias e gostaria de saber em que datas foram apresentadas, assim como o momento de afixação do edital referente a essas renúncias, respeitando o que estava consignado na Lei e no próprio Regimento da Assembleia de Freguesia. -----
 ----- Tendo “vasculhado” o site da Junta de Freguesia de Arroios, que era de difícil acesso à informação, e tendo também consultado as várias publicações, TV Arroios, Jornalinho, AR Magazine, não vira publicitado em nenhum desses órgãos de comunicação da Freguesia essa informação. -----
 ----- Era necessário que a Assembleia tomasse conhecimento da informação previamente, até para saber a data em que ocorreram e só na presente sessão fora comunicado. Em conformidade com isso, saber se os outros passos do procedimento legal foram ou não cumpridos. Isso sim, era matéria da Assembleia. -----
 ----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que estava com alguma dificuldade em seguir a Assembleia, especialmente porque recordava a todos estarem no período de antes da ordem do dia, parecia estarem todos esquecidos. Estavam-se a debater assuntos que pertenciam a pontos da ordem do dia. -----
 ----- Não tinha feito nem aprovado o Regimento em vigor, mas para o período de antes da ordem do dia estavam estipulados 30 minutos quando a Assembleia já levava duas horas. -----
 ----- Solicitou à Senhora Presidente da Assembleia que terminasse o período de antes da ordem do dia e que comesçassem os trabalhos. -----
 ----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que não estava a pôr em causa a intervenção do Membro Vitor Teles Fernandes, por quem tinha estima e consideração, mas havia uma verdade que era insofismável. O ponto em causa tinha sido ultrapassado

Al A

no que dizia respeito à matéria que estava a ser tratada, mas não aceitaria que não houvesse resposta às questões colocadas nesse ponto da ordem de trabalhos. Não aceitava desde logo porque o erro estava a montante, no momento em que a informação prestada estava incompleta.-----

----- Tinha razão o Membro Vitor Teles Fernandes quando dizia não ser o momento. Se calhar o momento até tinha sido ao ser prestada essa informação. Não o fizeram porque iriam discutir esse ponto no momento próprio, mas a questão estava levantada e estava suscitada e não se pretendia que houvesse ali qualquer questão menos clara de branqueamento de situações.-----

----- Era de liberdade que falavam. Estavam a 23 de abril e não aceitava que qualquer procedimento ou qualquer medida procedimental pudesse tentar silenciar aquilo que os eleitos da Assembleia questionaram.-----

----- O que pedia era que, ainda antes de passarem a qualquer outro ponto, fosse dada ao PSD, ao PCP e à eleita do PS que levantara a questão, uma resposta simples às informações que foram pedidas.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que levava isso em conta.-----

----- Referiu que tinha recebido o pedido de demissão do António Bacalhau no dia 15 de março, do Executivo da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, assegurando as funções até ser substituído em Assembleia, conforme dizia a Lei.-----

----- A Margarida Santos tinha pedido a demissão no dia 30 de janeiro de 2018. A membro Fernanda Lacerda, da bancada, perguntou: E as horas? Porque a Margarida Santos esteve presente na Assembleia Extraordinária de Freguesia e votou o Regulamento da Organização dos Serviços.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, recordou que a Membro Ana Mirra falara numa Assembleia muito viva. Entretanto assistia-se a outro momento, que era na falta de capacidade da oposição em fazer oposição o PS dera “uma perninha”, o que era fantástico. Ficava essa contribuição para a oposição.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- Continuando, disse que era legítimo a Dra. Margarida Santos estar a prestar serviços desde a data que entrara ao serviço, a 1 de fevereiro de 2018. Renunciara no dia 30 de janeiro e, portanto, independentemente de acharem legal ou ilegal a sua posição, ela nem tão pouco existira. Não havia qualquer sobreposição da Dra. Margarida Santos enquanto Membro da Assembleia e enquanto colaboradora da Junta de Freguesia de Arroios. Era muito importante que isso ficasse claro.-----

----- A primeira coisa que tinha dito era que o PS era o partido da liberdade e sem qualquer acrimónia, não levasse a mal a Membro Fernanda Lacerda, mas o PCP não dava lições sobre os seus militantes darem opiniões na praça pública.-----

----- Relativamente a transparência, o PSD também não dava lições ao PS, nem em termos nacionais nem na Assembleia de Freguesia. Poderia continuar a explicitar esses aspetos.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** referiu que não tinha levantado qualquer questão em relação a qualquer sobreposição de exercício de mandato ou de funções.-----

----- Agradecia a “perninha” que o Membro do Executivo Jorge Lavaredas levava ali, iria analisar com detalhe e o PSD faria as perguntas que achasse pertinentes até em prol da questão da transparência. Não queriam dar lições a ninguém, mas tão só e apenas ir de braço dado com aqueles que quisessem a transparência nesse órgão e nessa circunstância.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Saudação “Viva o 25 de Abril”, apresentada pelo BE e subscrita

SH 5

pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE e PAN e abstenção do CDS-PP. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela defesa e despoluição do Rio Tejo”**, apresentada pelo BE e subscrita pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE e PAN e abstenção do CDS-PP. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: ----

----- *“Como eu referi anteriormente, obviamente que o Tejo e a poluição são do interesse nacional, de Lisboa, mas não é matéria da Junta de Freguesia de Arroios. Por isso abstemo-nos.”* -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pesar e Condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes”**, apresentada pelo BE e subscrita pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE e PAN e abstenção do CDS-PP. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: ----

----- *“O CDS abstém-se, obviamente que condenamos qualquer tipo de violência e atos terroristas contra qualquer ser vivo, mas esta moção foi apresentada pelo BE e pelo PSD em Assembleia Municipal e votada por unanimidade.”* -----

----- *Novamente não é competência da Junta de Freguesia, mas sim da Assembleia Municipal, fazer este voto de pesar.”* -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Recomendação “Recomenda à Junta de Freguesia de Arroios que inicie um diálogo com a Carris...”**, apresentada pelo BE e subscrita pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE e PAN e abstenção do CDS-PP. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: ----

----- *“É importante frisar o nosso ponto novamente, não é competência da Junta de Freguesia, mas obviamente que estamos ao lado desta luta encetada pela Câmara Municipal de Lisboa.”* -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Sem querer dar lições de moral a ninguém, esta da Carris não é da competência, mas afinal qual é a competência das Assembleias?”* -----

----- *A competência da Freguesia não é só buracos. Se acham que o Tejo está muito longe, eu ainda levo de barato. Agora, é da competência da Junta pressionar a Câmara, pressionar o Governo, para que os fregueses tenham bons transportes e que a Carris funcione bem, que o metro também funcione bem.* -----

----- *É a minha declaração de voto e é por isso que o PCP vota a favor.”* -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Votamos favoravelmente esta moção justamente por considerarmos o previsto na alínea k) do n.º 2 do artigo 7.º, no âmbito das atribuições da Freguesia, quando se fala desde logo na proteção da comunidade. Como há duas sessões atrás, a colega eleita pelo PS dizia que nesse ponto cabe tudo e é verdade.”* -----

----- *Cabe tudo, inclusivamente proteger a comunidade e a questão da mobilidade, não temos a menor dúvida que é também uma questão de proteção da comunidade e por isso votámos favoravelmente.* -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que a Assembleia de Freguesia cumpria um mandato e o seu mandato era representar os fregueses de acordo com o programa político que apresentara. O programa político do BE definia quais as medidas que levava à discussão. -----

----- Não eram os outros partidos, que tinham o seu programa político autónomo, que iriam definir o que o BE devia apresentar ou não na Assembleia de Freguesia. Portanto,

parecia-lhe que esses tipos de intervenções em nada ajudavam a aprofundar a democracia como pretendiam que ela fosse feita.-----

----- Agradecia que quando estavam a fazer uma discussão, que se fizesse com fraternidade e com respeito pelas posições alheias e que não se fosse sistematicamente invocar dados do Regimento que nem sempre estavam corretos para poder limitar o direito de intervenção de outros partidos.-----

----- Que também não se procurasse legitimar os intervenientes através de posturas muitas vezes agressivas e beligerantes.-----

----- Fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O BE apresentou as moções que trouxe aqui à Assembleia de Freguesia de acordo com o seu programa político e de acordo com o programa pelo qual foi eleito na Assembleia de Freguesia.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Comemorar e saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Por uma Freguesia de Arroios rejuvenescida”**, apresentada pelo PS e subscrita pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar por Açucena Veloso**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar por Manuel Marques**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela defesa dos serviços dos CTT”**, apresentada pelo PS e subscrita pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, CDS-PP, PCP e BE e abstenção do PAN.-----

----- Submeteu à votação a **Saudação “Por ocasião do Dia Internacional da Mulher”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Saudação “Por ocasião do 1º de Maio”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Saudação “Ao 25 de Abril”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Apoiar os moradores da Fidelidade Seguros...”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com votos contra de 5PS, PSD e CDS-PP, votos a favor de 3PS, PCP e PAN e abstenção de BE.---

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Abril de 2018”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de 7PS, PSD, CDS-PP e PAN, votos contra de PCP e abstenções de 1PS e BE.-----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio em memória das pessoas referidas nos votos de pesar)-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 03 e nº 04, das sessões anteriores;**-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que tinham detetado um engano na ata nº 4, que pedia para ser corrigido, assim como na ata nº 3 havia um pequeno lapso de escrita.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que o modelo de ata que estava a ser seguido era o de transcrição e isso pressupunha que tudo o que se passava na Assembleia ficava constante da ata. Era por isso que as moções e outros documentos eram transcritos.-----

----- Verificara que na ata de 28 de dezembro, além das moções foram apresentados e distribuídas pelos eleitos um conjunto de fotografias que exemplificavam as palavras

constantes da ata, mas no anexo à ata não surgiam essas fotografias. Pretendia que elas passassem a constar como anexos à ata, nessa e nas futuras em que houvesse o mesmo tipo de circunstâncias por parte de qualquer grupo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que elas seriam anexas à ata. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** referiu que havia fundadas dúvidas sobre a data de realização da Assembleia de janeiro. Havia quem dissesse a 30 e quem dissesse 29. O que sugeria era que verificassem as convocatórias e os editais, porque a sua convicção era também que a reunião se realizara no dia 30. -----

----- Não queria com isso levantar qualquer acrimónia, mas queria que a ata espelhasse a data em que se realizara. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Ata nº 03, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a Ata nº 04, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Eleição de novo vogal para a Junta de Freguesia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou que o Membro António Bacalhau tinha pedido a demissão do Executivo e da Assembleia. -----

----- Informou que o nome proposto para substituir era Ismael Nabais Martins. -----

----- Submeteu à votação, por voto secreto, **a eleição de Ismael Nabais Martins como Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado aprovar com 12 votos a favor, 2 votos contra e 5 votos brancos. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que o seu uso da palavra nessas circunstâncias não encontraria em nenhuma alínea ou artigo do Regimento, mas entendia que não devia deixar passar esse momento. -----

----- Cessava funções António Bacalhau, que fora eleito como Membro da Assembleia e depois eleito no Executivo e não devia deixar passar o momento sem uma referência singela de que sempre encontraram no eleito António Bacalhau e posteriormente enquanto Membro do Executivo uma pessoa totalmente aberta ao diálogo, cordata e com um modelo de exercício de competência. -----

----- Diria que o seu lado pessoal teria pesado também naquilo que era o motivo das votações, o seu pedido de demissão do Executivo e da Assembleia. Era um gesto pouco habitual, diria mesmo que outros não seguiram. -----

----- Certamente todos saberiam do que se estava a referir e queria deixar da parte do PPD/PSD essa referência de homenagem. -----

----- Na política entendia que não podia valer tudo. Estavam num espaço de debate de ideias, de confronto de ideias, mas sempre numa perspetiva de respeito, de transparência, porventura por vezes dando “uma perninha”, mas não podia deixar passar o momento sem fazer essa referência de homenagem ao eleito que cessava funções na Assembleia. -----

----- **Ponto 5 – Tomada de posse dos novos membros para a Assembleia de Freguesia;** -----

----- Após verificada a sua identidade e legitimidade, **tomaram posse dos respectivos mandatos na Assembleia de Freguesia os Membros Joaquim Maria Prada e Joana D’ Arc Fernandes Maniçoba Chouriço.** -----

----- **Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a informação, se analisassem os gráficos, por muito interessantes que fossem para um relatório anual talvez não fossem

para um relatório trimestral. Muitos eram iguais aos que se apresentavam no relatório de 2017. -----

----- Por exemplo na questão dos mercados, os lugares que estavam vagos no relatório de 2017 continuavam vagos na mesma. -----

----- Mantinham-se as mesmas percentagens do ano 2017 no trimestre e não se podia dizer boa cobrança quando havia uma cobrança de 20%, que era realmente muito baixa.

----- Uma das coisas que queria salientar importante era por exemplo que nada se dizia sobre a esquadra de Arroios, nada se falava sobre esse assunto. -----

----- A Senhora Presidente da Junta, em resposta a um freguês, dissera que estavam a encetar esforços e que até tinham dado a indicação de poder ocupar o espaço no edifício junto ao Jardim Constantino. Nada disso era dito na informação, como sobre outras coisas também. Por exemplo falava-se em obras nas escolas, ouvira-se falar no problema da escola básica Leão de Arroios. -----

----- Era necessária uma nova escola na Freguesia. A escola Leão de Arroios comportava 400 crianças, não era comportável a situação. Estava tudo muito vago e também nada era dito sobre as obras do Liceu Camões. -----

----- Uma das coisas interessantes que observara tinha a ver com o número de trabalhadores. Em dezembro falava-se em 168 colaboradores, depois souberam pelo relatório que já não era bem assim, já era outro número. Em março, somando trabalhadores efetivos com prestação de serviços, dava 152, o que significava ter havido 16 dispensados. -----

----- Referiu que a Assembleia de 30 de janeiro estivera relacionada com o processo de integração dos trabalhadores precários na Freguesia como efetivos, a abertura dos procedimentos concursais para a integração do pessoal. Isso era muito importante e na informação da Senhora Presidente havia duas linhas na página 8 sobre o assunto. -----

----- A informação para a DGAL tinha um número de 62 precários, que não seria a exata, foram abertas 57 vagas a concurso. -----

----- Uma coisa bastante baixa era percentagem de formação dos trabalhadores, 20%. ---

----- Depois tinham a questão da higiene, com uma percentagem de execução elevada, mas se fossem observar pelas zonas verificavam percentagens na Almirante Reis, Praça Duque de Saldanha, Praça do Chile, zonas mais turísticas, até com 120% e noutras ruas mais interiores da Freguesia abaixo dos 70/80%. Havia um desfasamento nessas áreas. -

----- O grau de execução das receitas era de 23%, abaixo dos 25, e a execução das despesas a cerca de 50%, o que se estranhava. Uma das coisas era pessoal, com a execução acima dos 50%. -----

----- O saldo em bancos era cerca de 559.000 euros, sendo os compromissos assumidos muito superiores, 1.500.000 euros. Estava muito abaixo. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que o PPD/PSD considerava estar muito simplista, não conseguindo perceber qual era a ação social da Junta de Freguesia, o que tinha sido feito, quais os projetos em vigor e que parcerias, nomeadamente no que se referia aos sem-abrigo. Nunca havia informação sobre o projeto dos sem-abrigo, que estavam a aumentar na Freguesia exponencialmente. -----

----- Pelos sem-abrigo que contactava, não era só por não gostarem de regras que não iam para as casas abrigo, era exatamente por não serem bem tratados. -----

----- Na Freguesia havia um projeto piloto, que não conhecia pormenores, onde ficava. Nos relatórios nunca aparecia nada. -----

----- A comissão criada para a ação social já tinha pedido vários elementos através da Presidente e não havia informação nenhuma. -----

----- Estranhava, por exemplo, ter felicitado a Senhora Presidente pela parceria com a Santa Casa da Misericórdia, permitindo que uma das casas-de-banho ficasse aberta ao

pé da igreja até mais tarde, mas fora surpreendida com essa casa-de-banho também a fechar mais cedo.-----

----- Não era possível falar de higiene na Freguesia sem se lembrarem do cheiro, que não ia só dos caixotes de lixo, ia também da falta de dignidade que não estava a ser reconhecida a essas pessoas sem abrigo em que o relógio biológico não era diferente. Essas pessoas tinham que se sujeitar à indignidade de estarem na rua e ainda à indignidade da Freguesia não ter o cuidado de olhar para os serviços prestados à população. Não bastava dar de comer.-----

----- Se havia uma boa experiência, não percebia que não replicassem. Achava uma tristeza os horários e quando não respeitavam a dignidade dos outros estavam a desrespeitar a própria dignidade. -----

----- Gostava de saber quais os apoios à população com problemas de alimentação, ou problemas como a sua vizinha que fora assaltada do dinheiro da reforma. Por um mês tinha pedido empréstimos aos vizinhos, mas noutro mês teria que pagar a todos e ficava sem dinheiro na mesma. -----

----- Gostava de saber mais sobre ação social. Desde dezembro que pediam informação e não havia nada e isso ligava bastante com a falta de segurança notória na Freguesia, que se media também pelo aumento de tags na Freguesia. Não havia vigilância nas ruas, ou uma montra bonita que aparecera junto ao Banco de Portugal não estaria já com tag em cima. -----

----- Os guardas noturnos eram uma forma de vigilância nas ruas que ajudava a afastar a liberdade de incomodar. A liberdade tinha limites, quando começava a de um terminava a do outro. -----

----- Tinham uma Freguesia que não cuidava do social, pelo menos não conhecia nada e fazia parte da Assembleia de Freguesia. A questão dos sem-abrigo levava à questão da higiene, por mais que lavassem os postes eles seriam à noite sujos. -----

----- Pediu ao Executivo que não demorasse tanto tempo a dar informação, ao ponto de chegarem a uma Assembleia de Freguesia sem informação nenhuma. Reuniam sem dados para poder discutir.-----

----- O PPD/PSD gostava de fazer uma visita a todos os departamentos da ação social e conhecer os projetos, falando com as pessoas para perceber o que se estava a passar.----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que queria apresentar algumas preocupações no âmbito do relatório. -----

----- Certamente por lapso, o relatório fazia referência a janeiro/março de 2018 quando, em boa verdade, deveria ser 21 de dezembro até março, no pressuposto que em cada Assembleia se tratava do período anterior. Havia um hiato que não estava no relatório, mas nesses dias, dada a proximidade do Natal, certamente não se teriam passado coisas muito importantes para constar no relatório.-----

----- Agradeceu o relatório e a forma como estava apresentado, com aparente muita informação traduzida nos gráficos, mas ainda assim sentia não estarem algumas informações. -----

----- A páginas 9 era dito que se registaram onze atendimentos em contexto da verificada emergência social. Sabiam as percentagens das matérias, não sabiam os valores do apoio em sede de emergência social. Falavam em farmácia, banco alimentar e outras questões, certamente havia custos associados a isso e valia a pena saberem se assim era ou não. -----

----- A páginas 11, por exemplo, a referência no âmbito da saúde, o quiosque da saúde que estava situado algures no Jardim Constantino, no âmbito de um protocolo com a ACCA.-----

----- Aproveitava para perguntar se haveria referência a alguns protocolos no relatório que ainda não tivessem ido à Assembleia. Não tinha de memória que esses protocolos tivessem passado pela Assembleia, já consultara as atas e não encontrava.-----

----- Em relação aos rastreios de saúde a preços simbólicos, saber que tipo de rastreios e qual a segurança clínica desses mesmos rastreios.-----

----- A páginas 13 aparecia o protocolo do CAF e a dada altura também a questão da Foco Musical. Perguntou como se passava, se era por via de protocolo ou por via de contratação pública.-----

----- No que dizia respeito à terapia da fala, congratulava-se com o facto dessa matéria ser preocupação da Junta e de atingir já as crianças de nacionalidade estrangeira, cujas dificuldades linguísticas podiam comprometer o sucesso escolar. Havia outras crianças na Freguesia também com essas dificuldades e o PSD continuava a pugnar para que elas pudessem ter acesso a esse tipo de apoios.-----

----- Via-se um conjunto de apoios concedidos a folhas 16 e a questão era se esses apoios foram por via de algum protocolo que ainda não tivesse ido à Assembleia e quais os critérios de atribuição, se existia algum regulamento de atribuição dos mesmos e se já estavam consignados nalgum edital.-----

----- A folhas 17, desporto, via-se com alegria o apoio a várias instituições, entre as quais o Grupo Dramático Ramiro José. Não sabia se era da Freguesia ou da Freguesia vizinha do Areeiro e que tipo de apoio ou protocolo existia.-----

----- A páginas 21, quando se falava do Clube Desportivo Escolar Camões, do Lisboa Ginásio Clube e da Corrida da Liberdade, não punha em causa os apoios, mas queria perceber a questão da transparência. Não queria dar lições a ninguém, era só para recolherem informação que por vezes tardava em chegar.-----

----- A comissão social da Freguesia de Arroios era composta por um conjunto de entidades. Queria perguntar como era o mecanismo metodológico para essa participação, se era por convite, por oferecimento. Depois também saber porque estavam essas entidades e não outras.-----

----- A páginas 23 era referida uma indicação sobre a república para a pessoa em situação de sem-abrigo, o que saudava. Queria perguntar qual a localização, quem suportava a renda, já que as despesas de água e eletricidade eram asseguradas pelos utentes, imaginava que também com apoio social prestado.-----

----- Depois viam-se cedências de espaço a duas associações e gostava de saber como tinha sido, se por protocolo ou por concursos.-----

----- Começavam a aparecer as parcerias com os colégios privados e instituições privadas e saudava essa questão.-----

----- A folhas 28 estavam preocupações com questões ambientais, quando se falava da monda e deservagem com a aplicação do vinagre de álcool. Sugeria também a utilização do vapor de água, que se calhar ainda era mais ecológico do que o vinagre a álcool.-----

----- Via-se que os sanitários da Antero de Quental prosseguiam fechados desde final de 2017, por motivos de obras. Perguntou se esse impedimento de utilização iria ter alguma contrapartida a favor da Freguesia pelo impedimento de utilização, em prol da população.-----

----- Havia um conjunto de perspectivas de obras para serem lançadas, fundamentalmente a partir de maio. Certamente que iriam depois aparecer num relatório subsequente. Estava a referência ao elevador do Mercado Forno do Tijolo, que estaria em processo de concurso público e agradecia mais detalhes sobre isso.-----

----- A páginas 39 falava-se em Arroios transparente e participada e no orçamento participativo. Gostaria de ver da parte do Executivo a apresentação à Assembleia a forma de resolver a situação criada pelo não cumprimento das formalidades, da não

Handwritten initials or signature in the top right corner.

conformidade e não legalidade dos regulamentos referentes ao orçamento participativo. Já tinham recebido a carta com a resposta, que agradecia, mas estavam preocupados com o cumprimento do orçamento participativo e gostaria de saber como o Executivo pretendia resolver esse imbróglio. -----

----- A páginas 45 era uma questão importante, via-se que o Executivo dera seguimento às deliberações da Assembleia, nomeadamente quanto a uma proposta apresentada pelo CDS-PP para a isenção do pagamento de taxas em relação aos comerciantes afetados pelas obras do metro. Teriam sido feitas algumas diligências e o que perguntava eram decorridos esses três meses, qual era em concreto o ponto da situação, se já conseguiam saber os comerciantes afetados e que a Junta via como podendo beneficiar dessa situação em boa hora proposta pelo CDS-PP. Por outro lado, saber se conseguiam ter uma ideia da redução ou isenção dessas taxas e qual o impacto financeiro no Orçamento da Freguesia. -----

----- Quanto aos moradores da Fidelidade, via-se que a Junta tinha recebido esses moradores, dizendo que tinha encaminhado também para os Deputados Municipais. Gostaria de saber quais foram, não fosse haver algum do PPD/PSD que pudesse dar alguma força para o assunto ter encaminhamento. -----

----- A páginas 48 e seguintes via-se a questão da comunicação e não se percebia quais eram os custos dessa área no primeiro trimestre. -----

----- No âmbito da execução orçamental, tomara nota da percentagem média referida pelo PCP, mas algumas rubricas, sendo apenas o primeiro trimestre, já rondavam os 100%. Certamente havia de ter uma razão e queria ter a certeza qual era. Por exemplo: -

----- Ação social e saúde – pessoal, tarefa de avença – grau de execução de 99,72% só no primeiro trimestre; -----

----- Cultura – pessoal em regime de tarefa e avença – grau de execução em 76%; -----

----- Desporto – pessoal em regime de tarefa e avença – grau de execução em 70%; -----

----- Comércio e mercados – pessoal em regime de tarefa e avença – grau de execução em 98,48%; -----

----- Licenciamento, código orgânico 03.02 – grau de execução em 93,12%. -----

----- Se no primeiro trimestre se consumia quase tudo, perguntou como seria nos outros meses. A não ser que houvesse ali uma outra razão para essa situação. -----

----- No espaço público estava pelos 57%, mas depois na higiene urbana voltava ao grau de execução de 97,49%. -----

----- Esses graus de execução tinham preocupado, apesar da média ser cerca de 50%, mas preocupava como funcionariam essas matérias durante o resto do ano. -----

----- O relatório tinha algumas outras questões, nomeadamente quando olhavam para a Lei 56/2012, que levava novas competências ao Executivo por via da reforma administrativa. Muitas delas não tinham qualquer correspondência no relatório. Só a título de exemplo: “As competências transferidas para a Freguesia por força da alínea f) do artigo 12º da Lei 56/2012”. Essas competências referiam-se à manutenção da sinalização vertical e horizontal. -----

----- Como gostava de colaborar com o Executivo levava um conjunto de situações que se passavam na Freguesia, que entregava à Senhora Presidente para fazer chegar ao Executivo. Tinha também um conjunto para ser distribuído pelos Membros da Assembleia e pela Mesa, que passava a mostrar: -----

----- No que dizia respeito à sinalização vertical havia algumas novidades na Freguesia, uma delas chamava-se “sinal artístico andante”. Era um sinal que circulava pelas ruas da Freguesia, ia mudando de sítio, depois pernoitava perto dos caixotes do lixo. O que fazia falar disso era a preocupação de, sendo um sinal de sentido proibido, onde estaria a faltar e onde poderia haver algum acidente por força dessas circunstâncias. -----

91 A

----- Dando mais uma “perninha”, a questão dos pilaretes, também estava fora do sítio e provocando numa zona de passagem estreita, entre uma nova esplanada e a zona de passagem da população, o espaço estava completamente impossibilitado de circular e qualquer idoso lá podia cair.-----

----- Havia também os problemas relacionados com um estado geral de degradação que sentiam agravar-se nesse período a que se referia o relatório. Não só pelos grafitis que apareciam um pouco por toda a Freguesia de forma descontrolada, já não era só o Regueirão dos Anjos, já era a Rua Forno do Tijolo, Avenida Almirante Reis, edifícios setecentistas. Num desses dias vira no facebook a referência a vários pontos da Freguesia grafitados. O próprio edifício da Santa Casa da Misericórdia, nas suas traseiras, até já os vidros estavam grafitados, alguns com mais de um mês e nem sequer eram limpos.-----

----- Havia uma condescendência com a situação, admitindo-se que já nada havia a fazer. Essa matéria era preocupante e exigia uma rápida resolução.-----

----- Depois, além do “sinal andante”, tinham o “sinal artístico” que não produzia o seu efeito.-----

----- Isso não podia passar-se na Freguesia, quando a Freguesia recebia as quantias de transferência para a manutenção dos sinais. Estava no âmbito das atribuições e competências por força da Lei que lhe era aplicável, mas também estava num auto de transferência de competências de verbas para a sua manutenção.-----

----- Já tinha perdido de vista o “sinal andante”, certamente já fora para outro sítio, podia até ser que tivesse havido uma operação de recolha do mesmo e recolocação. Ficava contente se assim fosse, mas ele tinha circulado pelas ruas durante mais de um mês. O que chamava de “sinal artístico” estava nesse estado com mais de dois meses. --

----- Era preocupante, porque depois havia toda a envolvente desses espaços que se estava a degradar de forma extremamente acelerada.-----

----- **Membro Maria José de Matos (PS)** disse que face às coisas apontadas ficava sempre preocupada. Não sendo uma otimista irritante, como o Senhor Presidente da República dizia do Primeiro-Ministro, também não conseguia ser uma pessimista irritante. Entre um copo meio vazio e um copo meio cheio a sua tendência era ver o copo meio cheio, no sentido de também incentivar a fazer melhor. O que interessava na Freguesia era fazer cada vez melhor.-----

----- Não era que não estivesse de acordo com o que tinha sido dito pelos representantes do PCP e do PSD, mas centrava-se noutros aspetos um pouco diferentes face ao relatório trimestral que era da responsabilidade da Senhora Presidente. Fazia-o no sentido de apontar algumas observações que eram também sugestões.-----

----- Em primeiro lugar destacava com agrado que seguiram os indicadores sobre o apoio à população carenciada que a Junta continuava a realizar de uma forma empenhada e que se traduzia nos vários projetos de ação social.-----

----- Era especialmente relevante o trabalho junto de uma população envelhecida, acima dos 65 anos, normalmente abandonada pelas famílias e pela sociedade consumista, onde nas últimas décadas se habituaram a valorizar o novo e a desvalorizar a sabedoria e a humanidade do velho.-----

----- O projeto de envelhecimento ativo da Freguesia, na sua natureza preventiva, parecia realmente pertinente, mas gostaria que no próximo relatório fosse tido em conta a distribuição dos utentes por sexo e não só por atividade. Era importante que comesçassem a introduzir essa distinção por sexo.-----

----- Essa chamada de atenção aplicava-se também aos outros dados apresentados nos diversos setores. Por exemplo, quanto aos homens e mulheres que eram apontados

9/2

como usando o Cartão Mais Arroios, era um número global, mas não estava dividido por sexo. -----

----- Outro exemplo era que no balcão de emergência existiram onze atendimentos e também não se sabia quantos homens e quantas mulheres e nomeadamente quais foram os custos desse atendimento. Isso era importante, sobretudo para comparar trimestre a trimestre e com o trimestre do ano anterior, para ver como evoluirá a problemática e qual a capacidade que tiveram para dar resposta aos problemas. -----

----- De uma forma geral a apresentação dos diversos projetos carecia desse fator comparativo, mas também de um outro que reputava de grande significado, a comparação com os dados do mesmo trimestre no ano anterior, para começar a perceber a evolução do impacto de cada atividade, permitindo no futuro avaliar a pertinência da sua continuidade ou da substituição por outro projeto com objetivos idênticos ou mais aprofundados e que pudesse ser mais adequado à situação concreta. -----

----- Relativamente ao alojamento local, parecia também bastante pertinente que a Junta pudesse continuar recetiva aos problemas que iam surgindo na Freguesia, para esclarecer e dirigir os interessados para as diversas instâncias competentes. -----

----- Por outro lado, era preciso continuar o esforço de criação de mecanismos de transparência, tal como iam apresentados já no relatório, mas era preciso aprofundá-los. -----

----- Em relação aos indicadores financeiros, sabia que o problema já tinha sido tocado ali, mas gostava de fazer uma pergunta mais concisa ao Senhor Tesoureiro da Junta. Saber se a taxa de execução da receita, os tais 22,85%, era baixa ou normal para o primeiro trimestre por comparação com a taxa de execução da despesa cabimentada para o mesmo período e que era de 50,3%. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que algumas das questões que tinha já foram colocadas pelos Membros anteriores. No entanto, queria refletir um pouco sobre essa forma de apresentar a informação escrita. -----

----- Estavam habituados a um modelo diferente, essa forma era mais visual, com mais gráficos. No entanto, esses gráficos careciam de dados. Era importante fazer uma comparação entre o período analisado e os períodos anteriores. Isso permitia de alguma forma perceber a evolução de determinados projetos e o sucesso da sua implementação, mas também permitia definir as políticas públicas que iriam implementar num determinado local, saber quais eram as necessidades e perceber o que era preciso fazer para poder criar maior equidade e responder a alguns desafios existentes na Freguesia. -

----- Outro aspeto importante era terem uma nota introdutória elaborada pela Presidente no próprio relatório, antes de apresentar os diferentes capítulos, onde fizesse uma reflexão sobre o período executado, analisando o projeto político que estava a implementar, o seu sucesso e a sua necessidade de reformulação. Também poderia apresentar quais as prioridades que considerava de intervenção na Freguesia. Esse aspeto ajudava a acompanhar a execução do Plano de Atividades definido para um período de quatro anos, a transformação em Orçamento do projeto político da lista mais votada. -----

----- Era interessante ver essa reflexão feita pelos próprios sobre o modo como o projeto estava a ser implementado. -----

----- Outra dúvida que lhe surgira era uma diferença entre os dados que foram fornecidos enquanto Membros da comissão de acompanhamento para a integração dos precários na função pública. Tinham a informação que seriam abertos 62 lugares para contratação e verificava na página 8 que seriam 57. -----

----- Outro aspeto importante tinha a ver com algo que era urgente fazer na Freguesia e que já tinha sido proposto pelo BE no mandato anterior, que era uma campanha de sensibilização para o correto acondicionamento dos lixos. Era urgente fazer essa

JA

campanha, dispondo de placards informativos em diferentes pontos da Freguesia, precisamente para orientar os fregueses no acondicionamento do lixo. Talvez no futuro também pudessem pensar numa forma de tratar os resíduos orgânicos, através da compostagem ou outras metodologias que permitissem reaproveitar os lixos orgânicos.-

----- Sobre a comunicação, gostava que partilhassem as transformações. -----

----- Tinha havido uma reorganização do organigrama da Junta de Freguesia, em que foram definidas novas funções, foram distribuídos os trabalhadores para otimizar a equipa que existia na Junta. Era importante pensar sobre o modo como essa reorganização estava a funcionar e sobre os efeitos que estava a ter sobre o sucesso do funcionamento da Junta. -----

----- Quanto às taxas de execução, verificava-se mais uma vez que as rubricas com maiores taxas de execução eram aquelas com pessoal em regime de tarefa ou avença, aquisição de bens e serviços. Parecia-lhe que essas rubricas tenderiam a desaparecer à medida que o programa de integração dos precários fosse avançando, mas gostava de uma explicação sobre as mesmas. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que na página 9 não conseguia entender os 0% do Cartão Mais em relação à saúde oral. -----

----- Sobre o centro de saúde junto à Igreja dos Anjos, perguntou se confirmavam o que tinha sido dito na Assembleia anterior, se passara parte para a Alameda e parte para o Martim Moniz, estando em processo um novo projeto para a Rua José Estevão. -----

----- Justificava-se o alargamento do horário das casas-de-banho. -----

----- Em relação ao Jardim Lurdes Pintasilgo, mais uma vez perguntava se já havia respostas da Câmara. A última informação que tinham em relação ao lago era que a Câmara tinha aprovado a obra. Nesse dia vira lá algumas movimentações esperava que fosse do lago, mas não sabia. -----

----- Congratulava-se com o estacionamento para motos, mas não sabia se nos lugares que estavam a “roubar” para as motos não se poderiam criar espaços mortos. Duvidava que houvesse algum estudo, mas cada vez era mais difícil estacionar-se em Lisboa. -----

----- Quanto à higiene urbana, não lhe levassem a mal, mas sabia que todas as respostas eram por ser competência da Câmara a recolha do lixo, que era uma superfreguesia, mas havia ruas que realmente não constavam no mapa. Não sabia se era por serem fronteira, mas por exemplo nas traseiras da sua rua havia um funcionário, haveria mais, que fazia o favor de ir varrer a Rua Nova do Colégio, as Escadinhas de São Luis da Pena. Essas ruas não eram varridas diariamente, não eram lavadas, havia dejetos humanos que já estavam pedra. -----

----- Tinha ido ao site “A Minha Rua” e pedira à Câmara para ver a questão da obra. Porque lavavam as betoneiras e o cimento e as areias fecharam completamente as sarjetas. -----

----- Perguntou se já tinham respondido ao sindicato em relação aos funcionários Francisco Leandro Pereira Garcês e José Manuel Ferreira Coelho. O contrato teria findado por parte da Junta e o sindicato enviara uma pergunta que não fora respondida. -----

----- Perguntou quantas avenças um funcionário podia ter fora da sua área, fora da Câmara ou fora da Junta, tendo-lhe sido respondido que não havia limite. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que os dejetos fossilizados se chamavam coprólitos. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que ia fazer uma congratulação ao Executivo por ter feito o acompanhamento de uma decisão da Assembleia de Freguesia no relatório, pedindo ao Executivo a isenção de taxas de ocupação de espaço público aos comerciantes afetados pelas obras do metro, apresentado à Assembleia pelos Membros do CDS que saudava pela medida. -----

----- Aproveitava para registar e esperava que o mesmo fosse feito em relação à moção apresentada sobre o diálogo a ocorrer com a Carris, uma vez que também era uma medida importante para os moradores da Freguesia e que cabia perfeitamente nas competências da Junta. -----

----- O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, começou por dizer que tinham recebido algumas críticas no passado porque a informação escrita não tinha dados das idas à biblioteca, das ações que eram feitas. Atualmente era muito mais transparente, eventualmente realçava aspetos que tinham de ser melhorados, mas também era para isso que servia, para ser escrutinado pela população. Nesse particular queria agradecer aos serviços da Junta, a todas as divisões e todos os colaboradores da Junta, designadamente à Dra. Margarida Santos que coordenara esse trabalho com uma evolução muito positiva. -----

----- O mérito era deles, não era do Executivo, fizeram um trabalho bastante valoroso e uma boa base para discutir o que se fizera no trimestre, sem prejuízo de melhorias que pudessem ser feitas. -----

----- Relativamente a ter-se colocado na informação escrita uma matéria levantada pelo CDS, fazia-o porque quando uma força política tinha uma atitude construtiva e positiva na Assembleia de Freguesia, identificando questões de melhoria, não só era obrigação do Executivo atuar para tentar resolver o problema, como também dar conta dessa matéria. -----

----- Não esperassem que na próxima informação escrita fossem falar sobre o “sinal andante” do PSD, porque se o PSD, ao invés de andar atrás do sinal, tivesse registado essa ocorrência no GOPI, que segundo informações dos serviços não fizera, apesar de ter tirado muitas fotografias. Em vez de andarem atrás do sinal podiam acompanhar os técnicos da ação social no acompanhamento dos sem-abrigo todas as noites, talvez tivessem uma melhor ideia do trabalho social que era feito na Freguesia. -----

----- A Membro Maria José de Matos tinha falado na questão do copo meio cheio ou meio vazio e a sensação que lhe dava era que alguns partidos não viram o copo, não leram a informação escrita. Alguns partidos não tiveram oportunidade de relevar as 330 pessoas que foram beneficiadas pelo Cartão Mais Arroios, não se referia às centenas de processos de ação social existentes na Junta de Freguesia de pessoas que eram acompanhadas, nem das pessoas que eram acompanhadas nas consultas de oftalmologia, nem das pessoas que beneficiaram do fundo de emergência social. -----

----- Relativamente à questão colocada pela Membro Maria Borges Leitão, eventualmente se a questão fosse referenciada e encaminhada para os serviços sociais da Junta teria tido acesso ao fundo de emergência social. Se dessem a indicação da pessoa, teriam todo o gosto em receber e tentar apoiar. Aparentemente enquadrava-se nos critérios do fundo social. -----

----- O PSD também não tinha visto as 120 pessoas abrangidas pelo programa de envelhecimento ativo, ou as 26 pessoas em situação de sem-abrigo que eram acompanhadas nas ruas. Preferiram tirar fotografias a um sinal que andava. Também não vira as centenas de pessoas com atividades nas muitas áreas da Academia Sénior, ou as pessoas que foram beneficiadas com um programa importante de pequenos arranjos, porque afetava as pessoas que tinham mais dificuldade em aceder a coisas simples, no âmbito do “Arroios Arranja”. -----

----- Tinham até questionado, pasmassem, a qualidade clínica do quiosque da saúde. ----

----- Tomara boa nota das questões colocadas pelo PSD a tudo o que era regulamentos. Aliás, talvez fosse por essas e por outras que a Assembleia começara com muitos fregueses e no momento quase não havia, porque andaram a discutir questiúnculas e não foram diretamente às questões que interessavam às pessoas. -----

94 A
b

----- Sobre o processo dos precários, a informação não precisava ser muito verborreica, ela era clara. Dizia-se quantos concursos eram lançados, não podia dizer o resultado dos concursos quando eles ainda não terminaram, porque isso seria um atropelo total ao normal andamento dos concursos.-----

----- Relativamente à diferença no grau de execução da receita e da despesa, se lessem com atenção o relatório falava-se no grau de execução de pagamentos, de execução efetiva de despesa. Quando falavam dos até quase 100% em algumas rubricas da despesa, esse grau de execução era de cabimentos.-----

----- Quando estavam a falar dos valores associados ao pagamento de salários, a obrigação era cabimentar e comprometer esses valores para a totalidade do ano no caso dos colaboradores do quadro e para a totalidade do contrato no caso dos ainda prestadores de serviços.-----

----- O grau de execução da receita estava perfeitamente dentro daquilo que era normal, o grau de execução da despesa também. Ficasse claro que a despesa não estava nos 50%, estavam 50% do valor total das dotações orçamentais cabimentadas, o que era uma coisa distinta.-----

----- O PSD tinha questionado sobre o lançamento das obras no elevador do Mercado Forno Tijolo e outras. De facto, as obras no espaço público seriam iniciadas nessa fase por considerarem o melhor período do ano. Não parecia adequado fazer obras desse tipo em pleno inverno. Isso correspondia à concretização direta do contrato de delegação de competências com a Câmara sobre essa matéria.-----

----- Relativamente ao elevador, ainda nesse dia tiveram uma reunião com o Senhor Presidente, o contrato de delegação de competências orçava em cerca de 200 mil euros, sendo que a estimativa final decorrente dos projetos chegava a cerca de 270 mil. Estavam a renegociar o contrato de delegação de competências com a Câmara e não podiam lançar uma empreitada sem essa questão estar devidamente tratada, sob pena de poderem incorrer em compromissos que não podiam cumprir.-----

----- Quanto ao OP, sem prejuízo do grupo de trabalho do Orçamento Participativo onde estavam presentes as forças políticas estar a rever o regulamento e ter havido o entendimento geral que esse regulamento faria vencimento, já se enviara para Diário da República o regulamento aprovado em Assembleia de Freguesia à data. Estaria por dias a sua publicação em Diário da República e, portanto, não seria por isso que o OP ficaria com algum problema. Esperava que com isso o PSD se sentisse mais motivado nas reuniões do grupo de trabalho do OP.-----

----- Relativamente ao modelo da informação escrita, eram boas as sugestões dadas pelo PS e pelo BE, a comparação e evolução dos programas e dos projetos para perceber se tinham mais gente ou não e quem era atingido.-----

----- Em relação ao organigrama, a Junta estava a funcionar desde que fora aprovada a nova estrutura de acordo com o novo modelo. Estavam em funções já duas chefes de divisão e a seu tempo entraria em funções a chefe de divisão da intervenção social. Com isso ficavam em melhores condições para prestar um serviço ainda mais eficaz.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- Continuando, disse que sobre essa matéria tiveram uma reunião com o Vereador Ricardo Robles, mas não colocaram na informação escrita todas as reuniões com a Câmara e outras entidades. A posição do Executivo, que pensava ser também a posição da Câmara, a Escola Leão de Arroios tal como existia já não assegurava de forma adequada os standards normais para uma escola básica e teria que ser substituída logo que possível.-----

----- Sobre a questão da comunicação, podiam falar disso mais à frente, especialmente na revisão orçamental, mas foram evocadas as despesas com essa área. A execução

nessa área em 2017 fora cerca de 300 mil euros e na revisão orçamental que iriam discutir tinha um valor de 140 mil euros, caindo para menos de metade. Tinha a ver com uma evolução nesse processo.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que certamente a distração não era do PSD, a distração teria sido do Senhor Tesoureiro relativamente à questão do copo meio cheio e meio vazio, porque questionavam o que parecia estar na parte meio vazia. -----

----- Atento o número de páginas do relatório e as perguntas feitas, considerava o copo muitíssimo cheio. Podia o Senhor Tesoureiro vangloriar-se em relação a essa matéria, porque o PSD reconhecia essa parte.-----

----- Também conhecia a estratégia de passar a responder em função do copo cheio, não respondendo às questões colocadas e que estavam no copo meio vazio, diria que muito menos de meio. O facto era que das 37 perguntas colocadas obtiveram resposta a 7.-----

----- A função dos Membros eleitos da Assembleia era proceder à fiscalização, não era função, contrariamente àquilo que se podia depreender das palavras, estar a utilizar “copinho”. Nem sabia o que seria isso, certamente porque na sua caixa do correio nunca aparecia essa informação da Junta de Freguesia, por erro da distribuição ou outra razão. Portanto, não tinha acesso a essa informação.-----

----- Normalmente a informação chegava-lhe pelos vizinhos dos prédios ao lado, que lhe faziam chegar as indicações e algumas das fotografias que ali levava e que continuaria a levar.-----

----- Quando se levava ali a questão do “sinal andante” era porque preocupava que algum acidente não “andante” pudesse ocorrer nalgum ponto da Freguesia por não estar lá o sinal. Se num próximo relatório passasse a estar a indicação do tipo de intervenção que era feito na sinalética vertical...-----

----- Não sabia se o Senhor Tesoureiro passeava pela Freguesia de vez em quando a ver o que lá se passava, mas se fosse encontraria sinais degradados, sinais mal colocados, sinais que desapareceram e que isso era uma situação preocupante. Estava naquela pequena parte do copo meio cheio.-----

----- Não tinha questionado a qualidade clínica do posto de atendimento. O que tinha perguntado era quais os rastreios lá feitos e qual a fiabilidade dos mesmos. Até podia perguntar se efetivamente o quiosque cumpria com as regras, mas não tinha feito essa pergunta. A informação nunca lhe chegara e como Membro eleito gostaria de saber que tipo de rastreios lá eram feitos e a fiabilidade dos mesmos. Não obtivera resposta, como em muitas outras.-----

----- Aproveitava para deixar mais umas questões, mesmo que não tivesse de imediato a resposta, mas para uma próxima Assembleia.-----

----- Perguntou como se tinha procedido à nomeação das duas chefes de divisão, se por concurso público ou por nomeação em regime de substituição. Se fosse em regime de substituição, saber quando seria aberto o concurso público.-----

----- Quanto à legalidade da OP, o PSD continuava a dar os contributos. Recordava que as questões suscitadas quanto à legalidade ou ilegalidade do regulamento não se prendiam apenas com a sua publicação ou não no Diário da República. Antes no cumprimento das disposições que estavam no Código do Procedimento Administrativo ante a sua aprovação na Assembleia e a sua publicação no Diário da República. Essas, que soubessem, não foram afastadas nem corrigidas e a preocupação nessa matéria mantinha-se.-----

----- Também se mantinha a pergunta de 28 de dezembro quanto aos demais regulamentos, nomeadamente o da cobrança das taxas e preços. A variação de taxas e preços que aconteciam ao longo dos tempos sem irem à Assembleia, que eram levadas pelos fregueses, não as conseguiam interligar. Certamente distração na confusão de não

verem o copo, mas aguardava por essa resposta e esperava que fosse célere, porque se não a tivessem teriam que recorrer a outro tipo de instâncias para ter respostas nessas matérias. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou que a Assembleia era marcada para apreciação de um dos pontos principais, a prestação de contas do ano 2017.-----

----- Teria sido uma atitude sensata não alargar tanto nas questões para que conseguissem despachar a ordem de trabalhos que era realmente muito pesada. -----

----- Havia uma série de pequenas questões que podiam ser resolvidas. Podiam-lhe fazer a si as perguntas e dirigia ao Executivo, escusavam de levar para ali algumas dessas questões.-----

----- **Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP)**, disse que falava na qualidade de Presidente da Comissão do Espaço Público e Comércio Local relativamente à isenção das taxas aos comerciantes da Praça do Chile, que o CDS apresentara na sessão de dezembro, na qual estiveram presentes o BE e o PS. O PCP e o PAN justificaram a impossibilidade de estar presentes e fora informado que o PSD não tinha indicado ninguém para essa comissão.-----

----- Estava só a dizer o que lhe transmitiram do gabinete de apoio à Presidente, tinha um e-mail.-----

----- Independentemente disso, os temas de licenciamento eram competências da Junta de Freguesia, o CDS tinha feito a recomendação ao Executivo aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia. Passado algum tempo tinham feito um pedido de esclarecimento, recorriam a esse mecanismo para fazer perguntas ao Executivo, ao qual a Vogal Adélia Caixinha respondera em tempo útil, antes dos trinta dias, com a explicação cabal de todo o procedimento que iriam fazer. -----

----- Segundo fora informado isso iria passar para a Assembleia Municipal, visto que essa parte da isenção total através da CDC feita, ainda estava um pouco no limbo o que pertencia a quem ou não. Esperavam por essa decisão depois da Assembleia Municipal.

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2017;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que analisando o balanço e demonstração de resultados, algo que tinha a ver com a gestão do período 2017, verificavam um resultado líquido do exercício negativo em 413 mil euros. Esse resultado, comparativamente a 2016 tinha um aumento de cerca de 414 mil euros, uma vez que em 2016 fora positivo em cerca de mil euros. -----

----- Contribuíram para esse resultado negativo, em números abreviados, essencialmente as seguintes rubricas: fornecimentos e serviços externos com mais 500 mil euros; amortizações com 58 mil euros; provisões do exercício com 20 mil euros; custos e perdas extraordinárias com 31 mil euros. Na rubrica de fornecimentos e serviços externos era um valor bastante elevado. -----

----- Quanto aos devedores, a provisão do exercício tinha a ver com devedores duvidosos. Tinha a ver com a célebre taxa que falavam em “boa cobrança”, que não era boa cobrança e por isso havia que fazer provisões. -----

----- Havia cerca de 7 mil euros que não tinham provisão. Tinha a ver com umas taxas e com o tempo de crédito duvidoso, que ainda não havia provisão. -----

----- Também se verificara um aumento em provisões no valor e 29 mil euros, dizia-se que em processos judiciais e gostaria de saber quais. -----

----- O ativo apresentava um acréscimo de 8,3% em relação a 2016. Verificava-se que tinha a ver com o imobilizado.-----

----- O passivo apresentava um acréscimo de 66,3% em relação a 2016 e destacava-se a rubrica de proveitos diferidos com um valor de 575 mil euros de receitas recebidas

nesse ano, mas como os custos seriam efetuados nos anos seguintes o proveito teria que ser também diferido.-----

----- Já no ano anterior questionara algo que era essencial para a análise, que era terem na mão o relatório dos revisores oficiais de contas e a certificação legal de contas. Tinham uma entidade que revia as Contas, que tinha obrigação de passar essa certificação e já no ano anterior não tiveram acesso. Podia haver reservas, podia haver ênfases, uma série de dados que contribuíam para a opinião da Assembleia.-----

----- Gostava de saber a razão dessa certificação e desses relatórios não serem anexados para conhecimento da Assembleia. Eram o órgão fiscalizador e controlador e teriam direito a esse acesso.-----

----- Quanto ao controle orçamental, a receita corrente tinha uma execução de 93%, sendo as receitas de capital em 57%. O grau de execução total era de 89%. Isso significava que havia verbas que não foram recebidas e gostaria de saber a razão, nomeadamente um valor da Câmara Municipal. Transferia 487 mil para um orçamento de 725 mil, o que era uma diferença bastante elevada.-----

----- Outra coisa interessante era que nas receitas para o apoio à família havia um grau de execução de 132%, a DGAL também tinha 103%, mas depois na despesa via-se que por exemplo a ação social, transferências 104 mil distribuídos por transferências correntes famílias – 24 mil. Realmente havia um valor bastante elevado, mas que depois não tinha o acordo na despesa.-----

----- O grau de execução das despesas correntes tinha 92%, menos 452 mil euros, sendo as despesas de capital com uma execução de 69%, menos 485 mil euros. Isso tinha a ver com despesas de capital previstas e não assumidas, escadarias, construção, viadutos, arruamentos, obras complementares. Eram valores bastante elevados.-----

----- Nas despesas correntes previstas e não assumidas estava a educação, CAF – 26 mil, ação social - 104 mil, desporto – 35 mil, comércio e mercados – 40 mil, espaço público – 77 mil, higiene urbana – 34 mil.-----

----- Disse que havia 60 funcionários em regime de contrato, 102 em regime de tarefa, o que totalizava 162. Estavam a falar em 2017 e em dezembro tinham dito que eram 168 colaboradores.-----

----- Na higiene urbana o grau de execução médio era de 90 %, mas se olhassem para o mapa muito acima dos 100% estavam as zonas turísticas, a Almirante Reis, Largo do Intendente, Praça do Chile, Praça Duque de Saldanha, Pascoal de Melo, Passos Manuel, Casal Ribeiro. As outras ficavam muito abaixo.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que o PPD/PSD não estava em condições de participar na votação das Contas, desde logo pela falta de transparência no fornecimento do parecer do revisor oficial de contas, que não fora distribuído e não percebia a razão quando essa questão já fora suscitada no passado.-----

----- Por outro lado, as Contas que estavam para ser votadas na Assembleia tinham que estar previamente votadas pelo Executivo antes de serem presentes à Assembleia. A comunicação distribuída não espelhava essa realidade.-----

----- Verificava e congratulava-se pelo facto da senhora técnica oficial de contas as assumir, houvesse quem assumisse as Contas, mas o facto era que da parte do Executivo não havia assunção dessas Contas. Elas não estavam assinadas e, portanto, não estavam em condições de ser votadas.-----

----- Competia à Senhora Presidente da Mesa verificar da legalidade dos documentos sujeitos à aprovação da Assembleia e, não estando eles em conformidade, não poderiam ser votados.-----

----- Solicitou a redistribuição das contas devidamente assumidas e votadas pelo Executivo, porque só assim existiam contas apresentáveis à Assembleia de Freguesia, a

distribuição do parecer do ROC com o prazo necessário para poder ser analisado. Nessas circunstâncias poderia o PSD estar em condições de participar na votação. Não sendo assim, não podiam participar na votação e declarava já para esse efeito.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que tinha a informação de, por lapso, não ter sido distribuído o documento do ROC. Ele estava na Mesa e seria distribuído, era um lapso pelo qual pedia desculpa. Parecia-lhe que com isso a questão ficava materialmente sanada.-----

----- Relativamente às cópias assinadas, estava disponível na Mesa toda essa documentação assinada. Eventualmente por lapso teria sido distribuída uma versão não assinada.-----

----- A aprovação do Executivo era referida, talvez não com a clareza que o PSD gostaria, mas era referido que as Contas foram aprovadas na reunião de Executivo no dia 13 de abril de 2018. Portanto, na perspetiva do Executivo, estavam em condições de votar as Contas. -----

----- Quanto ao resultado negativo, a Junta de Freguesia gerara saldos de gerência consecutivos ao longo de dois anos num valor de mais de 800 mil euros. Nos anos em que a Junta de Freguesia tivesse capacidade para aplicar e para executar a bem da população esses saldos de gerência, era evidente que do ponto de vista da demonstração de resultados o mesmo seria negativo. Não porque existisse qualquer desequilíbrio nas Contas da Freguesia, mas a partir do momento em que o saldo de gerência era executado... a não ser que decidissem manter o saldo de gerência sempre próximo do milhão de euros. Não fazia sentido que uma Junta de Freguesia gerisse excedentes sucessivos de tesouraria e não os aplicasse ao serviço da própria Freguesia. -----

----- Era isso que se tinha feito em 2018 e daí decorria em parte esse resultado negativo, mas esse dado resultava exclusivamente dessa matéria e não de qualquer desequilíbrio financeiro existente na Junta.-----

----- Se olhassem com atenção para o balanço podiam verificar que o valor de dívidas de longo prazo era zero, o que significava não haver empréstimos junto de instituições financeiras. As dívidas de curto prazo tinham descido de 2016 para 2017 em cerca de 10 mil euros e estavam a um nível muito baixo. Diria que era uma dívida de curto prazo técnica, porque uma Junta de Freguesia com um Orçamento entre os cinco e os seis milhões de euros chegar ao fim do ano com uma dívida de 90 mil euros apenas porque faturas entradas num determinado momento ainda não foram saldadas, era uma dívida técnica e não uma dívida estrutural.-----

----- Relativamente às prestações de serviço, havia uma aplicação do saldo de gerência em diversos projetos, nomeadamente num conjunto de matérias e aí a estratégia podia ser criticada, mas o Executivo da Junta recorria a prestação de serviços para executar projetos que permitiram depois fazer o contrato de delegação de competências com a CML. Era o facto de terem avançado ainda sem qualquer garantia da CML com um conjunto de projetos que permitira depois mobilizar a Câmara para fazer esse conjunto de contratos de delegação de competências. Esses projetos foram à rubrica 02 e era por essa razão que tinham os valores de prestação de serviços mais elevados.-----

----- A Junta de Freguesia tinha imensas obras que foram executadas e que como muitas outras Juntas da cidade, segundo tinha conhecimento, não recebera ainda a totalidade das verbas da Câmara de Lisboa. Avançara para as obras com fundos próprios e a tesouraria disponível permitira que as obras avançassem sem delongas.-----

----- A provisão dos 29 mil euros, lembrava-se de uma parcela que tinha a ver com um processo judicial que ainda resultava da antiga Freguesia de São Jorge de Arroios, um “tesourinho deprimente” deixado pelo então Executivo. Era uma matéria que estava em tribunal e tinham que reservar provisões. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** disse que, como era apanágio do CDS, não iam ali criticar por criticar. Queria apenas fazer uma pequena pausa para refletirem sobre as Contas e o que se estava de facto a deliberar. -----

----- Ainda não se tinha falado no motivo pela qual o Membro do Executivo António Bacalhau renunciara ao seu cargo, mas cabia-lhes parar um pouco para pensar sobre o que estavam a aprovar ou não e que eram as Contas do exercício 2017. Sobre essas, tanto quanto fora dado saber ao CDS, existia um processo judicial em curso por suspeita de “desvios” de alguma verba. -----

----- Deviam refletir bem sobre o que estavam a aprovar, sob pena de estarem a sancionar algo sobre cujos contornos tinha sido dada uma explicação muito genérica, que todos aceitaram, mas não sabiam o que fora transmitido ao Ministério Público. -----

----- Chamava à atenção de todos os Membros da Assembleia para refletirem naquilo que estavam ou não a aprovar e isso estava acima de qualquer crítica quanto ao Vogal do Executivo que cessara as funções, António Bacalhau, por quem tinha estima pessoal e por quem tivera imensa admiração profissional. -----

----- Se havia uma suspeição sobre as Contas, ficava a dúvida de quais Contas iriam aprovar. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que uma coisa eram as Contas, outra coisa era o problema de peculato que pudesse haver. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que já tinham transmitido a todos os grupos políticos da Assembleia de Freguesia a questão que o Membro Vitor Teles Fernandes acabara de colocar. -----

----- No final de 2017 tinha-se detetado que foram liquidadas umas faturas, um conjunto de valores relativamente a materiais utilizados pelas equipas do espaço público, em que o valor da quantidade de material e o valor monetário dos mesmos parecia anormalmente alto. -----

----- Sobre a questão das Contas, a Junta tinha liquidado todos os valores. O que estava eventualmente em causa era no âmbito das ações subsequentes a serem realizadas pelo Ministério Público a Junta ser ressarcida por quem, eventualmente, tivesse cometido algum ilícito. A Junta não podia no âmbito das Contas constituir provisões, porque não tinha qualquer dívida previsível. -----

----- As Contas refletiam completamente aquilo que a Junta tinha liquidado e todos os fluxos de caixa. Refletiam a realidade daquilo que se passara do ponto de vista dos pagamentos e dos recebimentos. Sobre essa matéria não havia qualquer dúvida e nenhum risco para a Junta de Freguesia de encargos adicionais. Pelo contrário, poderia eventualmente ser ressarcida de alguma verba, caso se verificasse que as interrogações tinham alguma validade. -----

----- Tinham-se detetado esses “desvios”. Pareciam valores muito anormais em materiais e fizera-se imediatamente um conjunto de diligências informais dentro da Junta para perceber se havia alguma explicação, não se encontrava uma explicação plausível para esses valores. -----

----- Fizera-se uma segunda diligência de abrir um inquérito interno dentro da Junta, com todas as garantias, onde todas as pessoas diretamente envolvidas foram ouvidas. Estiveram funcionários do espaço público, assim como os Membros do Executivo anterior e atual que tiveram conhecimento dessa matéria. -----

----- Estava também um colaborador que, depois de detetarem isso, se ausentara de forma repentina, sem pré-aviso e sem poder ser contactado. Esse colaborador fora contactado por carta no âmbito do inquérito para que pudesse prestar declarações presencialmente ou por escrito, assim como também o fornecedor que tinha feito esse fornecimento. -----

----- Esse inquérito não permitira afastar de todo as dúvidas e, havendo indícios de poder existir um ilícito criminal, a posição do Executivo de forma unânime... e queria salientar a postura da Senhora Presidente da Junta, que sempre quisera apurar tudo até às últimas consequências, acontecesse o que acontecesse. -----

----- Recolheram-se os elementos, mandara-se a documentação para o Ministério Público e aguardavam que desenvolvesse as ações que entendesse necessárias. Estavam todos disponíveis para prestar os esclarecimentos que o Ministério Público entendesse. -

----- Estavam a falar de um valor que, naquilo que era o Orçamento da Junta, se não tivessem levantado essa situação nem estariam a falar dela. No entanto, entendiam que sendo cinco euros ou cinquenta mil euros, qualquer valor que aparentemente não fosse bem utilizado e cumprindo aquilo que eram as regras éticas e legais devia ser avaliado. -

----- Levantava-se a questão da separação de poderes, não tinham capacidade de investigação criminal. Chegaram ao limite da capacidade de investigar, entendera-se que a situação devia ser investigada e mandaram para o Ministério Público. O poder judicial faria o que entendesse sobre essa matéria. -----

----- O Doutor António Bacalhau entendera, na opinião do Executivo bem, que não tinha condições para continuar na Junta por diversos motivos, incluindo pessoais. -----

----- Membro José Cal Gonçalves (PSD) começou por dizer que iria ter cuidado nas palavras que usava, dada a matéria sensível que estavam a tratar e que devia ser tratada com a devida atenção e cautela. -----

----- Tinham acabado de receber os documentos da certificação legal das Contas. Perante a explicação que acabara de ser dada, o que o PSD perguntava era como dois relatórios de 20 de abril, subscritos pelos revisores, não tinham nenhuma ponte sobre a matéria que acabava de ser referida. -----

----- A questão não era se as Contas deviam lá ter alguma provisão, mas o relatório tinha que ter uma ponte. Tratava-se de uma participação ao Ministério Público. Perguntou se os revisores oficiais de contas foram informados da situação e, se sim, qual a razão de não existir uma ponte. -----

----- Não quisera entrar muito no detalhe das Contas, até porque já tinham percebido a posição do PSD em não participar na votação. Entendia que era a forma mais correta de proceder nessa matéria. -----

----- Sendo no momento distribuído o documento da certificação legal de contas e os documentos com as assinaturas, eles não cumpriam com as 48 horas de apreciação pelos Membros da Assembleia e, portanto, reservavam-se o direito de não participar na votação. Entenderia depois o Executivo a vantagem dessa opção. -----

----- O que perguntava em primeiro lugar era se tinha sido ou não dado esse conhecimento aos revisores oficiais de contas. -----

----- Em segundo lugar, aparecia em determinada altura uma verba significativa de risco de incobráveis. Perguntou do que eram esses montantes e o que se depreendia desse risco de incobráveis. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que na demonstração de resultados existia um valor de 20 mil euros de provisões do exercício e isso resultava de facto de risco de não cobrança. Os incobráveis de mercados estavam nessas provisões. -

----- Fariam uma informação ao PSD a dar conta desse valor detalhadamente. Deixava o compromisso de o fazer. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Prestação de Contas de 2017, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS e CDS-PP, abstenções de PCP, BE e PAN. -----

----- **O PSD não participou na votação.** -----

----- Submeteu à votação a Ata em minuta relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que para o normal funcionamento da Junta era importante que fosse aprovada a revisão orçamental. Muito agradecia se fosse possível a todas as forças políticas fazer esse esforço.-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, recordou que estiveram cerca de três horas a discutir um conjunto de questões, com certeza tão importantes como essas e compreendia o cansaço de todos, mas com toda a humildade democrática reforçava o pedido para que pudessem apreciar e votar o mapa de pessoal e a revisão orçamental. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Membro José Cal Gonçalves (PSD) disse que independentemente de uma votação que a Senhora Presidente colocasse, bastava haver um Membro que se opunha e estava imediatamente impossibilitado prosseguir a Assembleia. Não queria estar a criar situações com votos para um lado e para o outro. -----

----- Não estavam em condições de proceder a mais nenhuma votação, já tinham feito essa declaração expressa. Se a Mesa entendesse fazer a votação o PSD não participaria e abandonava os trabalhos sob protesto. A Senhora Presidente da Assembleia compreenderia o que isso queria dizer. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que era verdade, bastava uma oposição e os trabalhos não podiam continuar. -----

----- Recordou à Assembleia que a ordem de trabalhos era muito carregada e a Assembleia preferira estar a discutir temas menores e picardias. -----

----- Pediu que na próxima Assembleia as coisas corressem de forma mais ligeira e que as pessoas tivessem consciência do valor da importância das perguntas que tinham a fazer. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a sessão, era uma hora e vinte minutos do dia 24 de abril de 2018. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º SECRETÁRIO

Carla

2º SECRETÁRIO

José Lavaredas

PRESIDENTE

Michele